

# ***Biblio3W***

REVISTA BIBLIOGRÁFICA DE GEOGRAFÍA  
Y CIENCIAS SOCIALES

Universidad de Barcelona

ISSN: 1138-9796

Depósito Legal: B. 21.742-98

Vol. XXII, núm. 1.191

25 de febrero de 2017



## **A «Ilha Brasil» de Jaime Cortesão: ideias geográficas e expressão cartográfica de um conceito geopolítico**

Francisco Roque de Oliveira

Universidade de Lisboa. Instituto de Geografia e Ordenamento do Território

f.oliveira@campus.ul.pt

### **A «Ilha Brasil» de Jaime Cortesão: ideias geográficas e expressão cartográfica de um conceito geopolítico (Resumo)**

O chamado «mito da Ilha-Brasil» correspondeu a uma das ideias centrais do pensamento geopolítico de Jaime Cortesão, desenvolvido quando este historiador português apresentou no Ministério das Relações Exteriores do Brasil, entre 1944 e 1950, uma importante série de cursos sobre a História da Cartografia e as fronteiras brasileiras. No seu entender, uma razão geográfica de Estado oposta ao Tratado de Tordesilhas preside à formação territorial do Brasil, lógica essa que teria as suas primeiras expressões literárias e cartográficas no século XVI, prolongando-se depois no tempo, a ponto de a podermos reencontrar no pensamento de Alexandre de Gusmão e subjacente à estratégia arquitectada por Portugal para a negociação do Tratado de Madrid (1750). Nesse sentido, os mapas antigos funcionariam como um reflexo particularmente tangível da consciência precoce da unidade geográfica, económica e humana desse território inteiro e da vontade política de o dominar.

**Palavras-chave:** Jaime Cortesão, Formação territorial do Brasil, Pensamento geográfico, História da cartografia, Geopolítica.

### **“Brazil’s Island” by Jaime Cortesão: geographical ideas and cartographic expression of a geopolitical concept (Abstract)**

The so-called "Brazil's island myth" corresponds to one of the central geopolitical ideas the Portuguese historian Jaime Cortesão developed when presented at the Ministry of Foreign Affairs of Brazil, between 1944 and 1950, an important series of courses on the History of Cartography and Brazilian borders. In his view, a geographic reason of State opposite to the Treaty of Tordesillas presides over the territorial formation of Brazil. This logic would have its first literary and cartographical expressions in the sixteenth century, extending later in time, so that we can find it behind the thought of Alexandre de Gusmão and underlying the strategy crafted by Portugal for the negotiation of the Treaty of Madrid (1750). In this sense, old maps reflected in a particularly tangible

Recibido: 5 de octubre de 2016

Aceptado: 5 de diciembre de 2016

way the early awareness of the geographical, economic and human unity of that entire territory and the political will to dominate it.

**Keywords:** Jaime Cortesão, Territorial formation of Brazil, Geographical thought, History of cartography, Geopolitics.

Na vasta obra historiográfica que Jaime Cortesão (1884-1960) dedicou ao Brasil germinaria, a dada altura, o chamado «mito da Ilha-Brasil», construção teórica de sentido essencialmente geopolítico e, em boa medida, alicerçada numa interpretação muito particular das evidências oferecidas pelos mapas antigos<sup>1</sup>. Tal como Milton Santos uma vez lembrou ao passar em revista a evolução do pensamento geográfico de Caio Prado Júnior, sabemos que é timbre dos grandes autores procederem a uma actualização progressiva da sua visão do mundo, pelo que a análise ou a crítica do seu legado se deve abster de olhar apenas um livro ou um artigo<sup>2</sup>. Assim estamos com o conceito de «Ilha-Brasil» ideado por Cortesão, o qual cristaliza o seu muito particular entendimento da forma como a história dos homens se articula com o espaço. De facto, se é verdade que este conceito surge expresso pela primeira vez nos escritos de Cortesão da década de 1940, não apenas se reescreverá inúmeras vezes nos anos seguintes, como podemos perceber que já estava em embrião em alguns textos da década de 1930 onde o historiador português explorou, de forma encadeada, dois dos tópicos que daí em diante tomaria por indivisos: o processo de integração territorial do Brasil e as relações entre a geografia e a história. Como se verá nesta breve resenha, a ilustração cartográfica do mito começou por surgir como um apontamento lateral em relação a esta reflexão mais ampla sobre a emergência do Brasil como entidade política e os seus alicerces geográficos, para só depois se ter tornado inseparável dela.

## Leituras francesas

Entre as cerca de 500 páginas correspondentes à colaboração que Jaime Cortesão emprestou à *História de Portugal* dirigida por Damião Peres (Barcelos, 6 vols., 1931-1934) encontramos o capítulo consagrado à «Integração do território do Brasil» (vol. VI, pp. 673-741), por sua vez subdividido em seis tópicos, dos quais retemos dois: enquanto o primeiro destes pontos trata, em jeito introdutório, das «Relações entre a geografia e a história do Brasil», o penúltimo retoma uma premissa de análise eminentemente geográfica, ao versar a reivindicação das «fronteiras naturais» ao Sul (Colónia do Sacramento, Sete Missões e Província Cisplatina). A abrir o texto, uma frase que – como tantas outras – Cortesão repetirá uma e outra vez nos seus trabalhos posteriores sobre a matéria, como se da contínua reescrita de um mesmo texto se tratasse: «Poucas histórias nacionais haverá tão luminosamente moldadas sobre a geografia como a do Brasil. E neste caso com a grande vantagem para o historiador, que busca esse nexos essencial, de que o território representava uma terra quase virgem, quando se rasgou à colonização dos portugueses»<sup>3</sup>.

O que se segue é, no fundamental, a exposição de preocupações de índole teórica e conceptual por via das quais Cortesão procura articular a sua escrita da história com os postulados da geografia universitária francesa de cunho possibilista, quer dizer, com aquela matriz que Paul

<sup>1</sup> Investigação realizada no âmbito do Projecto «Saberes geográficos e Geografia institucional: influência e relações recíprocas entre Portugal e o Brasil no século XX» (FCT/CAPES 8513/14-7). Este artigo constitui uma versão revista e ampliada do nosso estudo: Oliveira, no prelo.

<sup>2</sup> Santos, 1989, p. 419.

<sup>3</sup> Cortesão, 1993, p. 419.

Vidal de La Blache e os seus próximos afirmavam desde os primeiros anos do século XX como «a geografia humana, uma geografia da vida», demarcando-se do determinismo natural e abrindo caminho para aceitar que a cultura dos povos – incluindo-se aqui a sua percepção do espaço ou as suas representações – constituía, ela mesma, uma fonte de explicação geográfica, a par das condições locais ou dos dados da natureza<sup>4</sup>. «E para que o leitor não possa iludir-se sobre o alcance que damos a esta espécie de considerações» – diz Cortesão, referindo-se aos prolegómenos geográficos que se propõe fazer à história do esforço colonial português na América do Sul – «observemos desde já que, a nosso juízo, as virtualidades políticas da geografia são meramente solicitadoras. As suas determinações estão longe de possuir uma força absoluta de eficácia. Tanto como a terra, o homem pode dirigir. Por sua vez, as suas virtualidades étnicas e culturais saberão ou não aproveitar-se das facilidades que lhe oferece o território. Assim, quando se estudam as relações da geografia com a história dum país, tanto como as considerações de posição e estrutura do terreno, importam as possibilidades humanas de produção, sobre cujo conjunto se moldou o complexo económico e social que forma o corpo do novo Estado»<sup>5</sup>.

Consumada a profissão de fé nos princípios da filosofia da contingência assimilados pela doutrina científica da «geografia moderna» vidaliana<sup>6</sup>, Jaime Cortesão passa para a descrição das principais características físicas da América do Sul e, em particular, do espaço que virá a corresponder ao Brasil. É assim que, na sequência de uma proposta de zonamento orográfico tripartido do continente sul-americano, destaca «certos traços gerais da hidrografia, que contribuem em alto grau para dar unidade e riqueza ao território do Brasil»<sup>7</sup>. Como isto, tem em mente a proximidade a que se encontram as fontes de alguns dos principais afluentes da margem direita do Amazonas com os do Paraguai e do Paraná, notando como, por isso mesmo, fora sempre fácil a comunicação entre estas duas imensas bacias hidrográficas. Trata-se também de uma ideia que será omnipresente na sua obra posterior e que, em simultâneo, constitui o argumento principal que sustentará a tese da «Ilha-Brasil» que analisamos aqui: «As duas redes unem-se para formar a mesma estrada fluvial, desaguardouro sobre o Atlântico, em duas direcções opostas, de todo o planalto central da América do Sul até ao extremo do território brasileiro»<sup>8</sup>.

Não será casual que Cortesão sintetize esta ideia com recurso a um termo de sentido equivalente na geologia, na geografia e também na medicina, precisamente a ciência onde fizera a sua formação fundamental: «Este singular arranjo de quase anastomose das duas bacias torna-se mais patente e adquire maior significado com os rios que formam a fronteira bolívio-brasileira, o Guaporé e o Paraguai, porque os dois constituem ao ocidente o limite do planalto central, e formam a dupla estrada natural que uniu a vasta província do Mato Grosso a S. Paulo e ao Maranhão»<sup>9</sup>. Mas o exemplo logo se multiplica em outros tantos casos equivalentes, conduzindo à afirmação segundo a qual a história da integração do território brasileiro se ajusta por completo ao traçado do relevo e da hidrografia. Assim, tal como a disposição geral do relevo permitira que a bacia do Prata tenha as suas origens próximo do Atlântico, também os maiores rios intermédios entre o Amazonas e o Prata – o Parnaíba, o São Francisco e o Paraíba do Sul – desenvolvem os seus cursos paralelamente à costa,

---

<sup>4</sup> Deneux, 2006, p. 70-71; Mendibil, 2013, p. 33-34.

<sup>5</sup> Cortesão, 1993, p. 420.

<sup>6</sup> Capel, 2012, p. 301-306.

<sup>7</sup> Capel, 2012, p. 301-306.

<sup>8</sup> Cortesão, 1993, p. 421.

<sup>9</sup> Cortesão, 1993, p. 421.

«estabelecendo ligações entre esta e completando a anastomose hidrográfica e, por consequência, a rede de estradas naturais de penetração ou saída do imenso território»<sup>10</sup>.

Com a repetição em tão curto trecho de conceitos emblemáticos como os de anastomose e de estradas naturais, Cortesão enfatiza uma interpretação que se quer categórica da presumível lógica geográfica que enformara o todo nacional brasileiro, mergulhando-a num passado nebuloso e aparentemente ancestral – em qualquer caso, anterior à colonização:

«Esta vasta rede arterial, ao mesmo tempo que encerra e penetra inteiramente o planalto dando-lhe unidade, estabelece a solidariedade económica entre as terras altas e as planícies circundantes, variando fecundamente em todo o seu contorno as possibilidades e as combinações, propícias à formação de um mesmo agregado humano. (...) Não obstante esta prodigiosa variedade de aptidões económicas, a unidade geográfica do Brasil define-se dizendo que as fronteiras naturais duma das maiores nações do mundo, lindando com dez estados e colónias diferentes, são constituídas, *grossa modo*, pelos limites da floresta tropical da planície e do planalto central da América do Sul»<sup>11</sup>.

E, repetindo pela terceira vez os mesmos conceitos, remata:

«Foi sobre este núcleo – onde o planalto forma a cada passo uma estreita combinação com as planícies costeira, amazónica e platina, cerrado pela anastomose dos grandes rios que vão abraçar-se na chapada dos Parecis, – que nasceu e se desenvolveu naturalmente a colónia que originou o Estado brasileiro, estendendo-se até às regiões onde por sua vez a combinação doutras formações geográficas diferentes poderia originar, com novos complexos económicos, novos agregados humanos. Por isso o Brasil nos aparece nas origens e na contextura políticas da América do Sul nascendo como a flor dum cális [*sic*], – formado este pelo arco das Guianas e das repúblicas neo-espanholas de raiz andina»<sup>12</sup>.

Com excepção de uma alusão pontual a uma passagem de *O Brasil e as Colónias Portuguesas* de Oliveira Martins (1880) que versa sobre os fracassados esforços portugueses para fixar a fronteira meridional do Brasil na bacia do rio da Prata, na generalidade destes parágrafos escritos para a *História de Portugal* dita de Barcelos Jaime Cortesão quase não deixa indicações sobre os recursos bibliográficos em que se apoiou. Na discussão da tese de Oliveira Martins sobre o malogro da marcação da soberania portuguesa na «fronteira natural» supostamente dada pelo triplo curso do Prata-Paraná-Paraguai, como defendia Martins, Cortesão contrapõe um conjunto de conceitos tomados de empréstimo da geografia francesa, sem que para tanto se sinta na necessidade de aparelhar a justificativa. Valerá a pena transcrever o parágrafo completo, para se ter a justa medida do modo como Cortesão encadeia quatro aspectos correlativos na sua tese, sendo que os três primeiros derivam directamente dessa matriz vidaliana que fez sua: a noção de *genre de vie* (modo ou género de vida), que Vidal de La Blache resgatara de Montesquieu e que apelava ao estudo da base material da existência, começando pela produção e o *habitat*<sup>13</sup>; a opção pela identificação de particularismos regionais, sendo cada um deles o resultado da combinação específica de dados naturais, factores humanos e factores históricos, traduzidas na individualidade dos lugares e numa fisionomia específica e irrepetível<sup>14</sup>; a negação da tese das fronteiras naturais, cavaleiro de batalha da geografia política francesa do período entre as duas Guerras mundiais, que combateu pela afirmação da ideia segundo a qual, mesmo quando apoiada na topografia, a fronteira resulta sempre da vontade dos Estados e decorre das relações de força no terreno

<sup>10</sup> Cortesão, 1993, p. 422.

<sup>11</sup> Cortesão, 1993, p. 422.

<sup>12</sup> Cortesão, 1993, p. 422.

<sup>13</sup> Brunet, Ferras & Théry, 1993, p. 232-233.

<sup>14</sup> Beucher & Reghezza, 2005, p. 105-107.

em dado momento da história<sup>15</sup>; e, por último, uma leitura retrospectiva sobre formas diferenciadas e, em certo sentido, imanentes de ocupação do território, que preludiam uma mitografia da construção do Brasil a que voltaremos já a seguir pela mão de Sérgio Buarque de Holanda. Vale também dizer que o sentido literário do texto de Cortesão não é certamente a menor dos seus predicados:

«Em boa verdade, quando relancemos um olhar à parte da bacia do Prata que forma a vasta zona fronteira entre o Brasil de um lado e o Paraguai, a Argentina e o Uruguai do outro, logo reconhecemos que se trata duma daquelas regiões em que se encontram e combinam as formações geográficas e os géneros de vida diferentes, e que em geografia política se designam por *zonas políticas activas* ou *zonas de eclosão dos Estados*. Ali se defrontam e conjugam o clima dos trópicos com a zona temperada; ali, o planalto meridional com as planícies platinas; ali, a floresta tropical e os campos cerrados com os pantanais do Paraguai, a floresta do Chaco e as pradarias riograndenses, uruguaias e das pampas; ali, a zona do mate com a do quebracho; ali, a exploração florestal e as culturas tropicais com a pecuária e a cultura dos cereais e da vinha; a colonização pastoril com a agrícola, a fazenda com a *estância* e o *saladeiro*, o gaúcho ou o índio das selvas com o sertanejo crioulo e o colono branco de estirpe latina. Quer dizer, tudo, as mais complexas combinações de clima, de relevo, de vegetação, de raças, de cultura e género de vida estimulavam a fermentação política de novos Estados»<sup>16</sup>.

Se Jaime Cortesão foi por demais parco na identificação das leituras gerais e específicas em que se baseou para alinhar estas primícias à sua leitura sobre a integração territorial do Brasil, a verdade é que podemos encontrar num punhado de textos seus pouco anteriores a este, integrados num debate geo-históricográfico mais vasto sobre as origens da nacionalidade portuguesa<sup>17</sup>, o mesmo entendimento sobre os fundamentos geográficos da história política. Que o objecto de análise fosse aí Portugal, e não o Brasil, representa para o caso um pormenor de escassa importância. Pensamos nos artigos «Notas de história Pátria: a formação democrática de Portugal» e «O problema das relações entre a geografia e a autonomia política de Portugal», publicados na revista *Seara Nova* entre 1928 e 1930 – quer dizer, nos primeiros anos em que Jaime Cortesão viveu exilado em Espanha e, sobretudo em França, na sequência da sua participação no frustrado golpe de 1927, que visou derrubar a ditadura militar instaurada em Portugal no ano anterior. O mesmo é válido para um dos mais importantes ensaios de toda a obra historiográfica de Cortesão, «Os Factores Democráticos na Formação de Portugal», que abriu o 1º volume da *História do Regime Republicano em Portugal* dirigida por Luís de Montalvor (1930), obra que homenageava o regime derrotado em 1926 e se demarcava das «Ditaduras»<sup>18</sup>. O profundo influxo das ideias da geografia francesa manifesta-se nestes três escritos, consubstanciando, a par da história económica e social de Henri Pirenne e da sociologia francesa de Émile Durkheim, um das principais instrumentos que alicerçará a formação teórica de Jaime Cortesão<sup>19</sup>.

Desde logo, tome-se como exemplo o apelo ao recurso às bases geográficas da história das civilizações citado de Jean Brunhes e colocado como epígrafe ao primeiro destes textos<sup>20</sup>. Depois, no artigo publicado na *Seara Nova* em 1930, Cortesão abre a matéria disposto a corrigir um conjunto de lugares comuns que seriam manifestos entre aqueles que se haviam ocupado até então em indagar as relações entre a geografia e a independência política de

<sup>15</sup> Beucher & Reghezza, 2005, p. 93.

<sup>16</sup> Cortesão, 1993, p. 427.

<sup>17</sup> Cabral, 2003, p. 518-520.

<sup>18</sup> Torgal, 1996, p. 272-274.

<sup>19</sup> Macedo, 1952, p. 223-224; Godinho, 1974, p. XII-XV; Macedo, 1984, p. 62-63; Magalhães, 1985, p. 44-45; Novais, 2012, p. XIV-XVIII; Magalhães, 2015, p. 526.

<sup>20</sup> Cortesão, 1974, p. 217.

Portugal, à cabeça dos quais estaria uma oscilação entre um acentuado viés determinista e um deliberado desdém em tomar o território como factor explicativo para o facto político:

«Aos primeiros convirá ponderar que o determinismo das condições naturais, sendo por demais relativo, nunca poderá volver-se numa fatalidade geográfica; aos segundos, que a questão não depende apenas da geografia física, mas se trata essencialmente dum problema de geografia política, e, por consequência, tão relacionado com a geografia geral como com a história»<sup>21</sup>.

A teorização que se segue sobre os processos de formação da generalidade dos Estados depressa se enreda na discussão das «chamadas *fronteiras naturais*», oportunidade em que não apenas se assinalam os autores de referência junto dos quais o historiador recolheu a autoridade, como até o mesmo alinhamento de palavras que vimos ser empregues para descrição do processo de formação territorial do Brasil no 6.º volume da *História de Portugal* dirigida por Damião Peres:

«Aqueles que nos últimos anos se têm ocupado da geografia política, desde Ratzel a Brunhes e Vallaux, concordam em afirmar que a formação dos Estados aproveita principalmente com a estreita conexão de elementos geográficos diferentes. As *zonas políticas activas* ou *zonas de eclosão dos Estados*, como lhes chamam os geógrafos, são, segundo Vallaux, “aquelas onde, num mínimo de espaço, se encontram ao mesmo tempo as formas mais diversas da vida terrestre e humana”; onde se realiza o contacto das formações geográficas e dos géneros de vida diferentes, tais como os maciços montanhosos e a planície, o deserto e a floresta; ou os países marítimos em que as populações votadas aos misteres do mar estão em contacto com as populações terrestres. Por esta razão, no estudo da formação de cada Estado há sempre que buscar o germe, a região e o núcleo social de origem, onde, sob a acção dos elementos geográficos e humanos diferentes, a sociedade nova levedou»<sup>22</sup>.

A par de Camille Vallaux e Jean Brunhes, Cortesão também recorre aqui explicitamente a Vidal de La Blache e a Lucien Febvre quando os temas são a circulação e os esteiros de comunicação entre distintas áreas de civilização<sup>23</sup>. Para a articulação particular entre a autonomia política de Portugal e a geografia, são indicados os estudos de Brunhes e do geógrafo alemão Theobald Fischer. Os argumentos mais relevantes para impugnar a existência de fronteiras naturais do Estado português, conforme pretendido por Oliveira Martins, retira-os Cortesão dos escritos possibilistas de Amorim Girão, à época a figura tutelar da geografia universitária de Coimbra<sup>24</sup>. Contudo, as citações mais completas sobre as fontes que Cortesão manuseou para gizar os seus conceitos sobre o papel da geografia na história política e na definição das fronteiras encontramos-os dispersos no ensaio «Os Factores Democráticos na Formação de Portugal», onde o leitor é remetido para as páginas de Theobald Fischer sobre a situação geográfica de Portugal integradas em *Länderkunde von Europa* de Alfred Kirchhoff (1893), *La géographie de l'histoire. Géographie de la paix et de la guerre* de Jean Brunhes e Camille Vallaux (1921) e a terceira edição de *La géographie humaine* de Jean Brunhes (1925; 1ª ed. 1910), sendo também mencionado o conteúdo de *Géographie sociale, le sol et l'État* de Vallaux (1911)<sup>25</sup>.

Esta breve arqueologia do saber será suficientemente esclarecedora a respeito da iniciação na epistemologia da geografia humana francesa e do modo como Jaime Cortesão – sem perder de vista a força do modelo alemão, desde logo patente na influência exercida pelo estudo da paisagem – soube posicionar conscientemente os seus trabalhos a partir do final da década de

<sup>21</sup> Cortesão, 1974, p. 227.

<sup>22</sup> Cortesão, 1974, p. 228-229.

<sup>23</sup> Cortesão, 1974, p. 231-232.

<sup>24</sup> Cortesão, 1974, p. 232-238.

<sup>25</sup> Cortesão, 1974, p. 19-28.

1920 numa linha que enfrentou a questão do «determinismo» com os mesmos argumentos espiritualistas que haviam levado Vidal de La Blache a contrapor ao evolucionismo e ao ambientalismo ratzelianos uma leitura que favorecia os dados da cultura e da «civilização» no quadro da relação dialética entre o homem e o meio<sup>26</sup>.

## Intuição geográfica

Encontramos apenas num breve parágrafo interpolado no capítulo sobre a «Integração do território do Brasil» no 6º volume da *História de Portugal* coordenada por Damião Peres uma referência que aponta para as evidências fornecidas pela cartografia antiga. «A importância e a direcção das duas grandes bacias foi desde cedo perustrada pelos descobridores, cujo testemunho nos ficou em vários documentos cartográficos da época, que patenteiam esse conhecimento incipiente» – diz Jaime Cortesão, referindo-se às bacias hidrográficas amazónica e platina. E remata, sempre vago na cronologia e, sobretudo, continuando sem nomear qualquer mapa em concreto: «Desde o século XVI que as cartas da América do Sul figuram o Prata nascendo dum vasto lago, situado no centro do planalto, onde alguns dos afluentes do Amazonas iam buscar também a sua origem»<sup>27</sup>.

Neste sentido, a visualização com recurso à cartografia da tese que associa o processo de integração territorial do Brasil operado pelos colonizadores portugueses à razão geográfica oferecida pela sua hidrografia apenas nos surge concretizado – ainda que de forma por demais incipiente, acrescente-se – nos dois capítulos que Cortesão preparou para o 3.º volume da *História da Expansão Portuguesa no Mundo* (1940), projecto editorial dirigido por António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias. Quanto ao mais, bastará atender aos títulos destes dois textos, para confirmarmos que estão em plena sintonia com as principais linhas de pesquisa que já vimos presentes nos seus textos historiográficos desde o final dos anos de 1920: «Relações entre a geografia e a história do Brasil» (págs. 7-30) e «Expansão territorial e povoamento do Brasil» (págs. 125-141). Estes textos constituem também a base definitiva sobre a qual se vai alicerçar a monumental investigação sobre a história do Brasil colonial que Cortesão desenvolverá nos anos seguintes, depois de se exilar no Rio de Janeiro, em finais de 1940<sup>28</sup>.

Os primeiros parágrafos de «Relações entre a geografia e a história do Brasil» apresentam-se, em boa medida, como uma síntese das ideias expressas no primeiro capítulo que Cortesão preparara para a *História de Portugal* dirigida por Damião Peres, repetindo quase *ipsis verbis* esse texto vindo a lume em 1934, que atrás citámos: «Raras vezes a história duma nação foi tão moldada sobre o quadro geográfico como o Brasil». A explicação da cativante ideia vem encadeada de imediato: «Já porque o seu território era pouco menos que virgem, quando se abriu à colonização dos Portugueses, já porque o Tratado de Tordesilhas, de 1494, que atribuiu quase toda a América do Sul aos Castelhanos, serviu de reagente, patentecendo quanto as virtualidades da terra influem na formação dos Estados»<sup>29</sup>. Daqui, pouco tarda para que nos reapareça também a descrição da carta orográfica sul-americana que serviria de molde à formação da grande nação brasileira: «Desta disposição de características do relevo derivam os traços gerais duma espécie de circuito hidrográfico, que ratifica a unidade económica do

---

<sup>26</sup> Capel, 2012, p. 313-314.

<sup>27</sup> Cortesão, 1993, p. 425.

<sup>28</sup> Oliveira, 2014.

<sup>29</sup> Cortesão, 1969, p. 255.

Brasil e define as suas fronteiras naturais»<sup>30</sup>. Era, enfim, a consabida ideia de que os afluentes do Paraguai formavam «quase que uma anastomose» com os afluentes da margem direita do Amazonas, fechando um circuito hidrográfico «eminentemente favorável à penetração do território» ou conjunto de «estradas naturais» que constituíam um verdadeiro «sistema de circulação desse organismo geográfico» e favorecia a sua unificação<sup>31</sup>.

O passo seguinte dá-o Cortesão ainda sem recorrer aos mapas antigos, mas a um par de textos do século XVI. No seu entender, o que conferia uma dimensão épica à história da colonização portuguesa do Brasil era o facto de os colonos portugueses terem tido desde muito cedo «a consciência embora confusa, da unidade geográfica do Brasil e do dever de realizar a integração desse território imperial, defeso nos seus dois terços pela linha divisória de Tordesilhas». O sentido quase teleológico que esta afirmação supunha justificava-o com base nos conteúdos de dois escritos do cosmógrafo João Afonso, amiúde identificado como Jean Fontenau ou Jean Alphonse Saintongeois e de suposta origem francesa, mas cuja prova de nacionalidade portuguesa Cortesão pretendeu haver definitivamente resgatado dos arquivos de Sevilha. Diz o nosso historiador que João Afonso «já assinalava essa intuição geográfica, que lhe fora transmitida, por certo, nalguma das suas viagens ao Brasil, pelos primeiros colonos. Na sua *Cosmographie*, terminada de escrever em Maio de 1544, afirmava que tanto o Amazonas, a que ainda dava o nome de Maranhão, como o rio da Prata nasciam de um lago no interior do Brasil, fazendo deste uma ilha que fora totalmente circum-navegada. Mas já antes, nas *Voyages Aventureux*, redigidas cerca de 1527, fizera a mesma afirmação, com referências mais concretas ao Amazonas, cuja foz assinala como divisória entre as terras dos Portugueses e dos Espanhóis»<sup>32</sup>.

Cortesão está em crer que as origens desta lenda geográfica correspondente a um grande lago interior, «origem comum dos dois rios que insulavam o Brasil», reflectiria o conhecimento «dos vastíssimos pantanais em que o Paraguai se perde na ocasião das cheias, entre 21<sup>o</sup> e 16<sup>o</sup> lat. S., e que se estendem quase até à Serra dos Parecis, onde o Jauru e o Guaporé, cursos terminais das duas grandes bacias sul-americanas, confundem as fontes»<sup>33</sup>. Crê que essa «unidade geográfica», precocemente pressentida, tinha servido de base a uma produção económica específica de matriz tupi-guarani – a mandioca –, depressa articulada com a nova civilização material dos colonizadores portugueses, «transplantados para aquela espécie de paraíso tépido, onde Eva se oferecia, quando não a ofereciam, e em que recusar era por vezes tomado como afronta, longe de todo o sistema religioso, jurídico e moral que regulava na Europa as relações entre os sexos» – um excuro que colhe directamente nos postulados de miscigenação e interpenetração cultural da doutrina de Gilberto Freyre depois denominada luso-tropicalismo, circunstância esta que Cortesão faz questão de confirmar através de uma referência explícita a *Casa-Grande & Senzala*, na edição de 1934<sup>34</sup>.

O raciocínio conclui-se na forma de uma projecção a um tempo histórica, geopolítica e metageográfica:

«Da síntese dessas duas forças, em que pode resumir-se a obra da colonização, nasceu o bandeirante, produto da fusão de raças e culturas, consciência activa da unidade geográfica e política do Brasil, em luta com a natureza, as leis e os homens que se lhe opunham. São estas as condições naturais e mais

---

<sup>30</sup> Cortesão, 1969, p. 257.

<sup>31</sup> Cortesão, 1969, p. 257-259.

<sup>32</sup> Cortesão, 1969, p. 271-272.

<sup>33</sup> Cortesão, 1969, p. 272-273.

<sup>34</sup> Cortesão, 1969, p. 273-276. Ver Castelo, 1998, p. 109.



poderosas da expansão portuguesa na América do Sul, durante os primeiros tempos, as que lhe dão carácter épico e dela fazem uma experiência única na história da espécie»<sup>35</sup>.

Entre tudo isto, sobram apenas duas brevíssimas referências à prova cartográfica da «ilha gigantesca» que dava corpo a essa vaga noção de uma unidade geográfica brasileira encerrada entre as bacias do Amazonas e do Prata, qualquer delas presente no capítulo «Expansão territorial e povoamento do Brasil» da *História da Expansão Portuguesa no Mundo*. A primeira temo-la quando Cortesão completa a leitura que fizera dos livros de João Afonso com a ideia de que «este germe de consciência geo-política» aparecera esboçado em mapas anteriores de Lopo Homem ou dos Reinóis<sup>36</sup>. A segunda, quando alude à sugestão da «consciência imperial duma vastíssima unidade geográfico-económica» perceptível no desenho do Brasil exposto por João Teixeira Albernaz no Atlas que compusera em 1627<sup>37</sup>. Por hora, era tudo o que Cortesão tinha a dizer sobre os reflexos cartográficos da sua tese.

## Demonstração cartográfica

Será, essencialmente, em duas tarefas abraçadas quase em simultâneo no Rio de Janeiro e, mais cedo ou mais tarde, publicadas em livro, que Jaime Cortesão encontra oportunidade para desenvolver a proposta historiográfica que, buscando evidências recorrentes nos mapas antigos, toma a imaginada «Ilha Brasil» como uma verdadeira concepção estrutural sobre a qual se enraíza boa parte da razão geopolítica que desembocou na consolidação do Estado brasileiro<sup>38</sup>. Referimo-nos aos cursos de História da Cartografia e da Formação Territorial do Brasil que ministrou no Ministério dos Assuntos Exteriores do Brasil entre 1944 e 1950 e, por outro lado, à longa série de mais de 60 artigos sobre a história das bandeiras e a sua figuração cartográfica durante os séculos XVII e XVIII que publicou nos jornais *A Manhã*, do Rio de Janeiro, e *O Estado de S. Paulo* entre Julho de 1947 e Julho de 1949. Enquanto este último conjunto de breves textos estaria na base da composição da obra póstuma *Introdução à História das Bandeiras* (2 vols., 1964), as lições regidas no Itamaraty – que a partir de 1945 tiveram por palco o recém-constituído Instituto Rio Branco – foram coligidas em *História do Brasil nos velhos mapas* (2 vols., 1957-1971), cujo 2.º volume, preparado pela chefe da Mapoteca do Palácio do Itamaraty e sua discípula Isa Adonias, também só saiu a lume cerca de uma década depois da morte de Cortesão.

Noutra ocasião se deverá fazer o confronto sistemático entre estes dois trabalhos, assim como entre o conjunto completo dos estudos empreendidos por Cortesão no Brasil a partir de 1940 em que a dimensão cartográfica ganhou relativo destaque, com destaque para *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid* (9 vols., 1952-1961) e – sobretudo – *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil* (1958), a que nos referiremos adiante. Para o que aqui pretendemos sublinhar, começamos por destacar alguns conteúdos dos artigos reunidos em *Introdução à História das Bandeiras*, passando daí para a síntese proposta na *História do Brasil nos velhos mapas*. A génese comum destes escritos e a sua elaboração em tempos muito próximos e, até, simultâneos, autorizam um comentário conjunto às respectivas matérias. Por outro lado, o teor mais coloquial e conciso dos textos de feição jornalística saídos nos periódicos *A Manhã* e *O Estado de S. Paulo* facilita que tomemos aí o curso à caudalosa prosa de Jaime Cortesão deste período.

<sup>35</sup> Cortesão, 1969, p. 272-273.

<sup>36</sup> Cortesão, 1969, p. 311.

<sup>37</sup> Cortesão, 1969, p. 315.

<sup>38</sup> Ver Magalhães, 2009, p. 14-17.

A formulação do mito geográfico e expansionista da «Ilha-Brasil» proposta aos leitores dos dois referidos jornais brasileiros aparecerá preludiada pelo interessante resumo de uma troca de palavras havida entre Jaime Cortesão e Fernand Braudel no Rio de Janeiro, em que, por solicitação do primeiro, os dois terão discutido o sentido do neologismo «geo-história» caro a Braudel e, sobretudo, a opção entre argumentos deterministas e possibilistas na análise do devir histórico: « – Mau grado a inegável importância dos factores físicos e seus derivados próximos, não aceitava o Prof. Braudel a liberdade criadora do homem, a possibilidade da intervenção individual na história?», pergunta Cortesão, resumindo a questão que colocara a Braudel no termo da palestra que lhe escutara na residência da adido cultural à Embaixada de França no Rio de Janeiro sobre «Uma concepção imperialista da história»<sup>39</sup>. Se é sabido que qualquer dos dois historiadores conhecia bem a obra do seu par<sup>40</sup>, tem passado despercebido este encontro pessoal e esta troca pública de argumentos, ocorrida já alguns anos depois da permanência intermitente de Cortesão em França, entre o final dos anos 1920 e 1940.

Como tivesse saído convencido de que Braudel «se inclinava para a fatalidade do determinismo físico», Cortesão decide resumir nestes seus artigos aos jornais, «ainda que em forma de solilóquio», os argumentos que o faziam discípulo directo da escola francesa de geografia humana e, de caminho, a base teórica que sustentava a história das bandeiras na América do Sul que se propunha escrever. Fazendo-o, não apenas confirma, mas também amplia em relação ao que conhecíamos, a lista de autoridades que tinha por referência: «De há muito seguimos a Vidal de La Blache, Lucien Febre, Demaigeon [*sic*] e Siegfried, embora não desdenhemos muitas das lúcidas vistas de Ratzel e dos seus continuadores»<sup>41</sup>.

Além da referência previsível a Albert Demangeon, o mais influente discípulo de Vidal no âmbito da geografia humana entre 1915 e 1940, sobressai aqueloutra a André Siegfried – que assentou, em conjunto com Jacques Ancel, a tímida resistência de geografia política francesa à hegemonia da *Geopolitik* alemã e ao breviário do imperialismo pangermânico em que esta se transformara pela mão de Karl Haushofer e do grupo que gravitou em torno da publicação emblemática da geopolítica nazi, os *Zeitschrift für Geopolitik*, dirigidos pelo próprio Haushofer<sup>42</sup>. Em qualquer caso, Cortesão torna também patente aqui a sempre difícil demarcação face à duradoura influência da visão naturalista de Ratzel, que propalara a ideia de que o ambiente, não devendo ser considerado passivo, era acima de tudo um organismo vivo dotado dos seus próprios mecanismos de equilíbrio<sup>43</sup>. Exemplifica-o bem a seguinte passagem, tomada da descrição da terra do Brasil que está no mesmo texto escrito para *A Manhã* e *O Estado de S. Paulo* e que repõe a imagem do «sistema circulatório» dado pelos grandes rios brasileiros que trazia de longe: «Pode pois definir-se a zona de floresta tropical de planície em que assenta o Brasil, como uma vasta unidade geográfica de intensa circulação fluvial, cujo circuito unitário platino-amazónico se divide em circuitos parciais, formando um organismo vivo e lógico»<sup>44</sup>.

No parágrafo seguinte, Cortesão entreabre uma derradeira pista bibliográfica de âmbito geográfico que, como veremos, só terá cabal esclarecimento num trecho da *História do Brasil nos velhos mapas*: «Defendem até geógrafos ilustres a opinião de que muitos destes rios

---

<sup>39</sup> Cortesão, 1964, p. 91-93.

<sup>40</sup> Godinho, 1974, p. XXIII-XXIV.

<sup>41</sup> Cortesão, 1964, p. 93-94.

<sup>42</sup> Ancel, 1938, p. 97-114; Robic, Tissier & Pinchemel, 2011, p. 164-165; Louis, 2014, p. 32-36 e 98-102.

<sup>43</sup> Berdoulay, 1995, p. 219-220.

<sup>44</sup> Cortesão, 1964, p. 97.

comunicam directamente entre si por alguns dos tributários, formando verdadeiras ilhas»<sup>45</sup>. Mas mesmo sem a identificação dos autores em causa, ficavam esclarecidos os fundamentos físicos que haveriam de dar lugar à lenta construção do Estado brasileiro a partir da criação e da projecção de uma série de mitos expansionistas – «e, mais que todos, o da Ilha-Brasil»<sup>46</sup>. Cortesão explorará este tema recorrente no seu magistério em subsequentes artigos desta série como, por exemplo, «O índio: bússola e mapa vivo», «Sentido da geomítica do Brasil», «A primeira bandeira no papel», «A Ilha-Brasil e os vicentistas», «Origens indígenas da Ilha-Brasil», «Carácter do mito da Ilha-Brasil» e «A Companhia de Jesus e a Ilha-Brasil» – todos eles posteriormente inseridos na *Introdução à História das Bandeiras*.

Ainda antes de se deter na leitura dos mapas de origem portuguesa que trariam a marca indelével do «mito da Ilha-Brasil», Cortesão arrisca estabelecer uma linha de continuidade entre a consciência geográfica e as representações cartográficas quinhentistas e seiscentistas de origem indígena do futuro espaço brasileiro e a aprendizagem do mesmo espaço por parte dos primeiros colonizadores. Apesar de admitir expressamente não conhecer exemplos concretos de cartografia tupi-guarani ou aruaque desse período, não evita assumir como certa e segura a sua suposição. Uma vez mais, a sua convicção profunda impõem-se à necessidade da prova positiva. Uma vez mais também, a força da sua prosa poética não constitui o menor dos argumentos: «Astronomia incipiente e representação plástica ou cartográfica do território não passam de manifestações do mesmo e maravilhoso sentido de orientação. Sentido vital e orgânico. Superlativo do instinto das aves migradoras. Como outros povos nómades, os primitivos habitantes do Brasil eram verdadeiras bússolas e mapas vivos»<sup>47</sup>.

Nada atrapalha a circunstância de não sobrar uma linha de continuidade tangível entre esta cartografia oculta e indemonstrável e a prefiguração do conceito da insularidade brasileira que Cortesão começou por identificar nas suas leituras dos textos franceses de João Afonso e depois estendeu aos mapas. No seu entendimento, a construção do território assenta num conceito quase imanente de espaço que precede o seu reconhecimento objectivo e a sua posse: «Antecipando-se ao conhecimento pleno, prefigura a realidade, concebendo-a a seu modo e dando-lhe uma força deflagradora de vontade. Aqui, pois, o homem, criando o mito geográfico, faz o primeiro passo que vai do determinismo puro à liberdade»<sup>48</sup>. No limite, a demonstração cartográfica surge a jusante de tudo, mais como um discurso sobre o espaço ou uma representação detentora de uma eficácia geopolítica sobre o real, do que como clássica e escorreita tradução pictórica do próprio real: «Antecipando-se ao conhecimento pleno de uma entidade geográfica e económica», repete Cortesão, «o português concebeu-a sob a forma mítica da Ilha-Brasil e passou a cingir os mapas a esta realidade. Compreendeu rapidamente que à estreita faixa do continente, talhada pelo meridiano divisório, era indispensável dar fundo geográfico e possibilidade de circulação e defesa, ou seja, viabilidade política, em face da poderosa América Espanhola»<sup>49</sup>.

Também esta conclusão replicava o que já vimos escrito pela pena de Jaime Cortesão no volume da *História da Expansão Portuguesa no Mundo* publicado em 1940. A principal diferença será que, agora, Cortesão se vai deter, por fim, na identificação pormenorizada das sucessivas representações cartográficas do «mito da Ilha-Brasil» através do comentário a um

---

<sup>45</sup> Cortesão, 1964, p. 97.

<sup>46</sup> Cortesão, 1964, p. 100.

<sup>47</sup> Cortesão, 1964, p. 112. Ver também *ibid.*, p. 113-122.

<sup>48</sup> Cortesão, 1964, p. 179.

<sup>49</sup> Cortesão, 1964, p. 182.

conjunto seleccionado de mapas portugueses e de proveniência castelhana. «A primeira bandeira no papel» traz logo em título a sugestão disso mesmo, sendo o mapa do Brasil inserto no designado *Atlas Miller* de Lopo Homem-Reinéis (1519) o principal objecto de análise: «Lá está a grande protuberância oriental da América do Sul, firmemente traçada desde as duas largas aberturas do Amazonas (com o contorno da ilha de Marajó, quase inteiramente delineado) até ao vastíssimo rasgão do estuário do Prata, e parte da costa que se lhe segue ao sul. Ao alto da carta, numa larga cartela, uma legenda em latim ensina que “Esta é a carta da região do *Grande Brasil*”, situado ao ocidente das Antilhas de Castela, referindo-se a seguir aos habitantes, à fauna e à floresta da nova terra»<sup>50</sup>. É o mapa que Cortesão identifica como aquele que representa «apenas uma primeira fase do mito da Ilha-Brasil», ainda que bastando a legenda que identifica o *magni brasilis* para termos já demarcada «a entidade geográfica natural e humana» que pretende inconfundível com o resto<sup>51</sup> (figura 1).

**Figura 1.**  
**Lopo Homem – Reinéis. Carta do Brasil e Atlântico Sul. In *Atlas Miller*, 1519**  
**(Bibliothèque nationale de France, Paris – Cartes et Plans, GE-DD 683)**



Fonte: Marques, 1991

No artigo «A Ilha-Brasil dos vicentistas» – alusão ao momento, no século XVI, em que São Vicente polarizava a instalação da colónia portuguesa nas áreas meridionais do Brasil<sup>52</sup> –, o leitor passará directamente das referências colhidas nos escritos de João Afonso «a uma Ilha-Brasil» circum-navegável entre a foz do Amazonas e a boca do Prata para uma selecção de mapas que reproduzem a mesma ideia da ligação entre estes dois grandes rios sul-americanos articulada por um grande lago interior, cuja designação se modifica de mapa para mapa. Nessa lista expurgada das centenas de cartas que copiariam este modelo cartográfico até meados do século XVII – mais precisamente, até à carta da América meridional de Nicolas Sanson d’Abbeville de 1650 – Cortesão inclui o mapa do Novo Mundo do grupo de quatro cartas que formam o planisfério de Bartolomeu Velho de 1561 (figura 2), a carta atlântica de Luís Teixeira de c. 1600 (figura 3), a carta da América do Sul de Lucas de Quirós de 1618, destacando, ainda assim, o primeiro destes três espécimes cartográficos: «De todas as cartas a mais notável e extraordinária é o mapa de Bartolomeu Velho, de 1561, onde o Brasil aparece claramente delimitado como uma ilha enorme, subdividida em ilhas mais pequenas. O Prata e

<sup>50</sup> Cortesão, 1964, p. 186.

<sup>51</sup> Cortesão, 1964, p. 192.

<sup>52</sup> Moraes, 2011, p. 317-320.

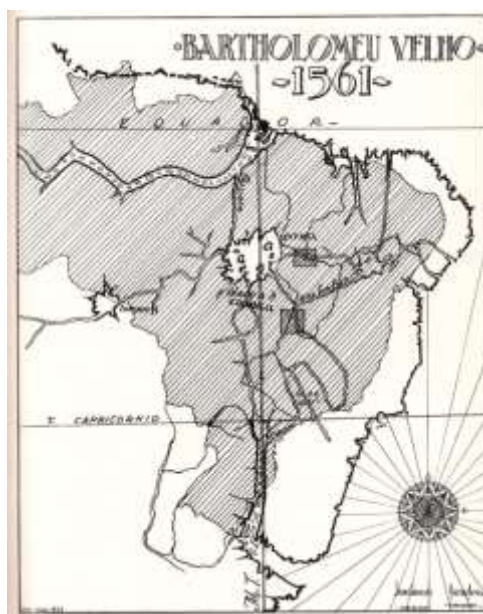
o Pará, este último assim nomeado e na posição aproximada do Tocantins, ligam-se e comunicam-se pela vastíssima lagoa Eupana, ao sul da qual se vê o “Mar grande ou Paraguaia”, que identificamos com os pantanais dos Xarais. Da mesma lagoa nasce o S. Francisco, o qual se reúne por um lado menor ao Parnaíba e mais abaixo ao Paraná, que, por sua vez, se reúne à lagoa Eupana, encerrando esta ligações em seu conjunto de cinco ilhas»<sup>53</sup>.

Este mapa de Bartolomeu Velho servirá de mote para o artigo sobre as «Origens indígenas da Ilha-Brasil» da mesma série dedicada às bandeiras paulistas, ou não fosse esse «o primeiro mapa onde a Ilha-Brasil, delineada como um todo orgânico e em oposição ou como complemento à divisória de Tordesilhas, aparece pela primeira vez»<sup>54</sup>. Por seu turno, em «Carácter do mito da Ilha-Brasil», Cortesão confronta-o com a representação divergente dos vastos circuitos fluviais sul-americanos na cartografia espanhola representada pelo mapa da América de Diego Gutiérrez gravado em 1562 em Amesterdão (lapso por Antuérpia), intuindo daí que portugueses e espanhóis podiam haver recebido dos indígenas as mesmas informações sobre essa geografia interior, «mas uns e outros seleccionaram e adaptaram essas informações às suas tendências e propósitos»<sup>55</sup>. E a esperada conclusão, que reunia a prova dos textos à dos mapas:

«Hoje sabemos que a Ilha-Brasil, tal como a definiu João Afonso e a representava Bartolomeu Velho, não é geográficamente exacta. Trata-se de um mito, isto é, de uma criação ideal, em que se fundem crepuscularmente uma realidade geográfica e humana, mal conhecida, e a ambição de lhe dar validade política. A Ilha-Brasil é um mito expansionista, em que se antecipa a solução o problema e do conflito de soberania, entre Portugal e Espanha»<sup>56</sup>.

#### Figura 2.

**Carta do Brasil de Bartolomeu Velho, 1561, sobreposta ao mapa actual. Jaime Cortesão, cartólogo, e Ary Duarte, cartógrafo. Rio de Janeiro, [Ministério das Relações Exteriores], Agosto de 1944**



Fonte: Cortesão, 1964

<sup>53</sup> Cortesão, 1964, p. 195-196.

<sup>54</sup> Cortesão, 1964, p. 203.

<sup>55</sup> Cortesão, 1964, p. 215.

<sup>56</sup> Cortesão, 1964, p. 218. Ver também *ibid.*, p. 227-228, 237-238.

Figura 3.

Luís Teixeira. Carta atlântica, c. 1600 (Biblioteca Nazionale Centrale di Firenze – Port. N.º 27)



Fonte: Marques, 1991

## Reiteraões e novidades

Começámos por dizer na abertura do ponto anterior que o trabalho de divulgação dado na série de artigos que veio a compor a *Introdução à História das Bandeiras* deve ser lido em conjunto com o conteúdo das lições sobre cartografia, fronteiras e formação territorial brasileira que Jaime Cortesão ministrou no Itamaraty a partir de 1944. Na verdade, basta atendermos aos esquemas provisórios e ao índice definitivo do primeiro destes cursos – que teve o seu início em Abril de 1944 e foi intitulado «Curso de História da Cartografia, Geografia das Fronteiras do Brasil e Mapoteconomia» – para identificarmos tópicos como «A ilha-continente do Brasil e as suas primeiras expressões literárias e cartográficas no século XVI» ou «Ilha do Brasil nas cartas das bandeiras – séc. XVII e XVIII». No programa preparado para o curso do ano seguinte, que teve a designação mais sintética de «Curso de História da Cartografia Política do Brasil», a matéria é dividida em quatro partes sucessivas, que levam as seguintes designações: «I: O mito político da ilha-Brasil», «II: A realização geográfica do mito»; «III: A unificação geográfica e a sanção política» e «IV: A consolidação política». Nos anos seguintes, designadamente a partir de 1946, quando Cortesão fixar a designação das suas lições no título «Curso de Formação Territorial do Brasil», podemos apercebermos de um paulatino aprofundamento das matérias que relacionam o Tratado de Tordesilhas, os alegados significados e representações da «Ilha-Brasil» e a cartografia indígena brasileira, em particular lendo o conteúdo dos pontos designados «Descobrimto e ocupação do litoral» e «A realização [sic] geográfica da ilha-Brasil»<sup>57</sup>.

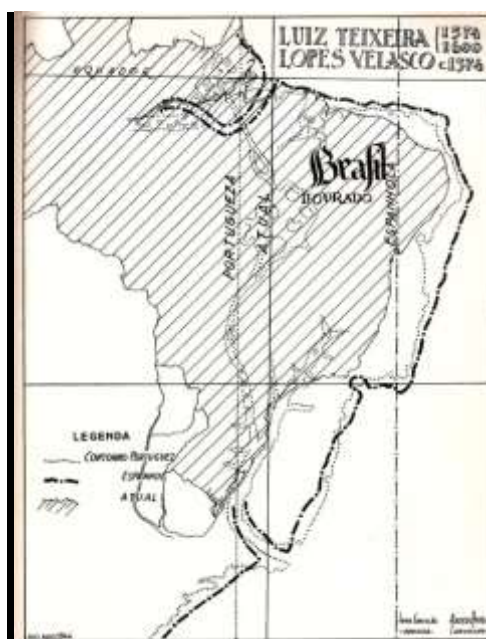
Também dissemos que os dois volumes da *História do Brasil nos velhos mapas* vieram a constituir o receptáculo natural dos temas progressivamente investigados por Cortesão para os cursos do Instituto Rio Branco. Selecionado dos respectivos índices as sugestões mais evidentes, logo confirmamos que Cortesão prepara a sua interpretação sobre as relações existentes entre os mais antigos mapas portugueses do Brasil e a pretensa insularidade brasileira no capítulo intitulado «Tratado de Tordesilhas e a sua expressão cartográfica», que

<sup>57</sup> Oliveira, 2014.

fecha com a antevisão «dos casos típicos dos mapas de Vaz Dourado e a comparação entre as cartas portuguesas de Luís Teixeira e espanhola de Lopez de Velasco, de c. 1574»<sup>58</sup>. Esta sugestão vem ilustrada com dois desenhos da autoria do pintor, gravador e desenhista Ary de Queiroz Duarte, que o «cartólogo» Cortesão orientou na realização de uma série de mapas e cartogramas didácticos utilizados nas aulas do Itamaraty. Tal como era timbre nesses trabalhos de Ary Duarte, também estes dois correspondem à cópia esquemática de originais antigos sobrepostos a um mapa moderno das áreas representadas em cada um deles<sup>59</sup>. No caso, ilustravam os bosquejos da rede hidrográfica sul-americana que realizariam na cartografia o «mito da Ilha-Brasil» utilizando, uma, o protótipo do espaço brasileiro retirado de uma carta de Fernão Vaz Dourado de 1568 e, a outra, a representação esquemática do litoral do Brasil e do traçado do meridiano de Tordesilhas nas cartas de Luís Teixeira de 1574 e 1600 e de Juan López de Velasco de c. 1574, sempre seguindo as datações adoptadas por Cortesão (Figura 4)<sup>60</sup>.

**Figura 4.**

**Representação esquemática do litoral do Brasil e do traçado do meridiano de Tordesilhas nas cartas de Luís Teixeira de 1574 e 1600 e de Juan López de Velasco de c. 1574. Jaime Cortesão, cartólogo, e Ary Duarte, cartógrafo.**  
Rio de Janeiro, [Ministério das Relações Exteriores], Agosto de 1944.



Fonte: Cortesão, 1964

No extenso capítulo seguinte deste livro, sobre «O descobrimento dos litorais e os primeiros mapas do Brasil», Cortesão enumera vários dos mais antigos exemplares cartográficos onde se plasmara o sentido dessa «deformação geral do mundo, espécie de caricatura geográfica, com fins de soberania política»<sup>61</sup> que, mais cedo ou mais tarde, haveria de ajudar à apropriação efectiva do território que veio a corresponder ao Brasil. Entre a longa série de cartas arroladas para ilustrar esta interpretação historiográfica destacam-se os planisférios de Cantino (1502), King-Hamy (c. 1502), Nicolo Caverio (c. 1504), Vesconte de Maggiolo

<sup>58</sup> Cortesão, 2009, 1, p. 198. Ver também Oliveira, 2010, p. 237.

<sup>59</sup> Oliveira, 2014.

<sup>60</sup> Cortesão, 2009, 1, p. 199-200.

<sup>61</sup> Cortesão, 2009, 1, p. 256.

(1504), Jerónimo Martini (1512), Michiel Barbolan (1514), Kunstmann IV (1519), assim como os mapas-mundo de Diogo Ribeiro (1525-1529), o referido mapa do Brasil integrado no *Atlas Miller* e as cartas atlânticas do mesmo Atlas de 1519 e de Gaspar Viegas de 1534. A propósito de um dos mapas mais tardios desta série – a carta atlântica do *Atlas Miller* – Cortesão torna a confessar a fragilidade da prova documental que tem entre mãos, mas antecipa a lacuna com recurso ao substrato de ideias geográficas cuja origem já rastreamos: «A entidade do Brasil, na sua grandeza geográfica, características naturais e *unidade humana* (note-se), já aqui aparece definida nas suas linhas gerais. É este um facto essencial para a história do Brasil, mas que apenas conhecemos por estes documentos»<sup>62</sup>.

As principais ideias expressas nesse capítulo têm sequência imediata na IV Parte do 1º volume da *História do Brasil nos velhos mapas*, que acompanha a pretensa deriva do «mito da Ilha-Brasil» até ao tempo e aos territórios abrangidos pelas «primeiras bandeiras à busca dos limites insulares»<sup>63</sup>, tal como durante o descobrimento e ocupação do vale amazónico, centrado na viagem de Pedro Teixeira e no seu acto de posse no rio do Ouro (1637-1639)<sup>64</sup> – «Ao regressar, trazia Pedro Teixeira consigo uma ampla informação geográfica, económica, etnográfica e cartográfica. Mais e melhor do que isso: em certo ponto do vale amazónico, no rio do Ouro, fundara uma povoação, a Franciscana, e tomara em nome da coroa portuguesa posse da terra, desde a foz do rio até esse lugar. A um mundo somava-se outro mundo. A geografia impunha-se de novo à política. E um sonho e plano expansionista nasceu: ao mito da Ilha-Brasil e do lago Dourado veio agregar-se o do rio do Ouro»<sup>65</sup>. Vale esclarecer que a designação de lago *Dourado* era aquela que, por alegada sugestão das concepções geográficas castelhanas, Cortesão notara substituir no mapa de Luís Teixeira de c. 1600 a lagoa *Eupana* que se generalizara na cartografia portuguesa para representar o pantanal do Xaraiés a partir do exemplo dado pela carta da América de Bartolomeu Velho de 1561<sup>66</sup>.

Entre os documentos cartográficos que – sempre segundo a leitura de Cortesão – teriam coadjuvado, ou tão-só reflectido, todo esse processo de afirmação consciente de uma razão geográfica de Estado contra os «ditames artificiais» de Tordesilhas, sobressaem os seguintes mapas, alguns dos quais já nomeados quando descrevemos a principal cartografia referida a propósito da construção do «mito da Ilha-Brasil» nos artigos reunidos na *Introdução à História das Bandeiras*: os planisférios de André Homem, de 1559, e de Bartolomeu Velho, de 1561, a carta atlântica de Luís Teixeira de c. 1600, a carta geral do Atlas do Brasil de João Teixeira Albernaz I de 1642 (figura 5), a carta da América meridional de Nicolas Sanson de 1650 e a carta da bacia amazónica apensa à *Relation historique et géographique de la grande rivière des Amazones dans l'Amérique* de Blaise François de Pangan (Paris, 1565)<sup>67</sup>.

---

<sup>62</sup> Cortesão, 2009, 1, p. 331.

<sup>63</sup> Cortesão, 2009, 1, p. 403.

<sup>64</sup> Cortesão, 2009, 1, p. 437 segs.

<sup>65</sup> Cortesão, 2009, 1, p. 440-441.

<sup>66</sup> Cortesão, 2009, 1, p. 384-385.

<sup>67</sup> Cortesão, 2009, 1, p. 403 segs. Ver também Oliveira, 2010, p. 238.



Figura 5.

João Teixeira Albernaz I, «Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamão Brasil». In *Descrição de toda a costa da Província de santa Cruz a que vulgarmente chamão Brasil*, 1642, fl. 1.



Fonte: Biblioteca do Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa – Cod. 52-XII-6.

Em notas marginais dispersas ao longo da *História do Brasil nos velhos mapas* Jaime Cortesão não se refreará a assinalar mapas portugueses que, além dos casos exemplares de André Homem, Bartolomeu Velho e Fernão Vaz Dourado, também representariam a «Ilha-Brasil». Por exemplo, cabiam nesse lote o planisfério de Domingos Teixeira de 1573 guardado no Service Hydrographique de la Marine, em Paris (hoje na Bibliothèque nationale de France), o planisfério de Domingos Martins da Orta de c. 1623, do British Museum (hoje por regra atribuído a António Sanches e à guarda da British Library), «e, finalmente, a *Planta da América austral do mar do sul* (1777), reprodução arcaizante do Brasil sob forma insular, em que o Prata se continua com o Tocantins e se liga ao São Francisco, de José Monteiro Salazar (Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa)»<sup>68</sup>. Sucede que esta última ocorrência, inscrita num ponto sobre as origens indígenas e a literatura geográfica que sustentam a proposta do «mito da Ilha-Brasil» da IV Parte do 1º volume deste trabalho de Cortesão, decorre, ao que tudo indica, de um aproveitamento implícito de um texto de Francisco Jaguaribe de Mattos, onde o seu conteúdo foi discutido com relativo detalhe para ilustrar uma longa exposição sobre a originalidade da hidrografia brasileira. Não será por acaso que a ocorrência em causa surge poucas páginas depois de Cortesão facultar citações explícitas de dois autores que, precisamente, haveriam facultado argumentos geográficos e etnográficos razoáveis para «explicar o conceito de origem indígena duma Ilha-Brasil»<sup>69</sup>: Jaime Batalha Reis e o mesmo Jaguaribe de Mattos. Vistas com cuidado, estas duas referências, perdidas entre as centenas de páginas desta *História do Brasil* de Cortesão, aparecem-nos muito mais determinantes para a génese de todo este conceito central na sua obra do que à primeira vista poderia parecer.

<sup>68</sup> Cortesão, 2009, 1, p. 398, n. 36. Cf. Vasconcelos, 1904, p. 199; Cortesão e Mota, 1987, 5, p. 17.

<sup>69</sup> Cortesão, 2009, 1, p. 396.

No primeiro caso, Jaime Cortesão chama à colação o longo ensaio de Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos intitulado *Les idées sur la physiographie sud-américaine*, correspondente a uma comunicação originalmente apresentada ao III Congresso Internacional de História das Ciências, realizado em Portugal em 1934<sup>70</sup>. Como os restantes trabalhos lidos nessa ocasião, o texto de Jaguaribe de Mattos fora incluído nas Actas deste evento, no capítulo dedicado às comunicações feitas na V secção, sobre a «História das Ciências Geográficas e das Descobertas»<sup>71</sup>. Destacado geógrafo, cartógrafo e desenhista da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas – a célebre Comissão criada em 1907 sob a chefia de Cândido Mariano da Silva Rondon, de quem herdará a designação corrente de «Comissão Rondon» –, o então tenente-coronel Jaguaribe de Mattos exilara-se em Portugal na sequência da Revolução Constitucionalista de 1932, onde realizou investigação de arquivo destinada a concluir a elaboração da *Carta de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas*, que tivera uma primeira versão provisória exibida na Exposição Comemorativa da Independência do Brasil, em 1922. Entre 1924 e 1930, Jaguaribe residira em França, ocupando-se da elaboração da nova versão desta carta e trabalhando cartografia brasileira no âmbito do Service Géographique de l'Armée<sup>72</sup>. A sua intervenção no quadro do Congresso de 1934 realizara-a na qualidade de membro da Secção de Lisboa do designado «Grupo Português de História das Ciências», onde ingressara «comme hommage de ses mérites personnels et de nos relations traditionnelles avec le Brésil mental»<sup>73</sup>.

Aquilo que nos artigos sobre a história das bandeiras divulgados em *A Manhã* e *O Estado de S. Paulo* era apenas uma indicação genérica de autoria, precisa-se agora na *História do Brasil nos velhos mapas*, quando Jaime Cortesão trata o já então general Jaguaribe de Mattos por «geógrafo e cartógrafo ilustre»<sup>74</sup>. Ora, desse estudo de 1934-1936 sobre a fisiografia da América do Sul, Cortesão cita aqui a conclusão principal: «em rigor não existem grandes bacias hidrográficas na América do Sul, pois todas elas se comunicam directamente à superfície da terra umas com as outras»<sup>75</sup>. No pouco mais que a versão original do geógrafo brasileiro encerrava, continuamos a encontrar vários dos demais argumentos que já lemos escritos por Cortesão:

«À la rigueur il n'existe point de grands bassins hydrographiques indépendants en Amérique du Sud. Non seulement les bassins de l'Orénoque et de l'Amazone, ainsi que ceux du S. Francisco et du Tocantins font cause commune [...], mais tous les grands bassins de l'Amérique du Sud se communiquent directement à la surface de la terre les uns avec les autres»<sup>76</sup>.

Jaguaribe arrumava todas estas observações num apartado do seu texto intitulado «*Aperçus géognostiques et physiographiques. Aspects nouveaux de la physiographie de l'Amérique du Sud et spécialement du Brésil*», onde insistirá em expressões do mesmo teor: «véritable système de bassins communicants», «*Le grand bassin hydroglogique sud-américain*» ou «*Le grand bassin amazonien et sous-amazonien*», por exemplo<sup>77</sup>. Jaime Cortesão retém toda essa lição da geografia física recém-descoberta pelos profissionais militares e civis da Comissão Rondon e, uma vez mais, tradu-la com os termos sinónimos da sua preferência, acrescidos da matéria própria das ciências humanas e de um raciocínio que tudo projecta para o passado, em

<sup>70</sup> Ver Nunes, 2010, p. 321-324.

<sup>71</sup> Mattos, 1936.

<sup>72</sup> Mattos, 1963, p. 3-6 e 10; Bernardino, 2015.

<sup>73</sup> Monteiro, 1936, p. XLII.

<sup>74</sup> Cortesão, 2009, 1, p. 38.

<sup>75</sup> Cortesão, 2009, 1, p. 395. Ver *ibid.*, p. 38.

<sup>76</sup> Mattos, 1936, p. 413.

<sup>77</sup> Mattos, 1936, p. 413.

busca da prefiguração geopolítica do moderno Estado brasileiro e da sua linhagem híbrida, ameríndia e portuguesa: «E, *a priori*, poderíamos supor que a esta vastíssima unidade geográfica, tão fortemente enlaçada e vivificada por um sistema arterial, rico de anastomoses, supondo igualmente uma unidade económica, viesse algum dia a corresponder uma cultural, e, tratando-se de povos primitivos, a uma cultura do espaço. E a essa conclusão chegámos anteriormente»<sup>78</sup>.

Menos óbvia, mas nem por isso menos relevante para a articulação semi-subterrânea entre os trabalhos de Jaime Cortesão e Jaguaribe de Mattos, parece-nos o aspecto que respeita ao tratamento objectivo de cartas antigas, tal como indiciada pela referência ao mapa de José Monteiro Salazar que citámos pouco acima. Na sua comunicação ao III Congresso Internacional de História das Ciências, Jaguaribe de Mattos fora relativamente sóbrio no aproveitamento de testemunhos cartográficos. Ainda assim, detém-se na leitura desse mapa de autor portuense de finais do século XVIII, notando que o traçado daquelas que parecem ser as três grandes bacias hidrográficas da América do Sul comunicavam entre si:

*«Ce qu'il y a d'étrange c'est que la rivière qui correspond au Tocantins se lie directement à celle correspondant au Paraná et qu'en un endroit situé sur ces deux lignes d'eux unies entre elles prend naissance le "S. Francisco". On y voit donc indiquée une liason des trois plus grands bassins hydrographiques Sud-Américains, celui de l'Amazonie et celui de la Plata étant les plus vastes du monde, le troisième encore parmi les plus grands»*<sup>79</sup>.

Perguntando-se de imediato sobre se essa não seria uma representação puramente fantasista do interior do Brasil, Jaguaribe responde com a intuição de que o cartógrafo deveria ter aproveitado mapas do século XVII e do início do século XVIII onde os exploradores, surpreendidos pelos formidáveis volumes de água lançados no mar pelo Amazonas, o «S. Francisco» e o Prata, *«imagièrent dans l'intérieur des terres des réservoirs d'eau naturels capables d'alimenter ces cours immenses»*. *«D'ailleurs»*, acrescenta, *«les inondations de la rivière des Amazones et surtout celles de la rivière du Paraguay se prétaient assez bien à pareille conjecture»*<sup>80</sup>.

Ainda neste texto, Francisco Jaguaribe busca a contraprova desta ideia segundo a qual o esquema da principal hidrografia do Brasil no mapa de Monteiro Salazar configuraria uma ilusão cartográfica convencional. Para o efeito, recorreu à reprodução do portulano de Luís Teixeira da Biblioteca Nazionale de Florença datado de 1600, que Armando Cortesão acabara de reproduzir em *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI* (1935)<sup>81</sup>, tal como aos mapas-múndi holandeses do início do século XVIII que vira expostos na sala de entrada da Biblioteca de Mafra. Avisadamente, observa ainda que o mesmo tipo de interpretação fantasista fora dado aos grandes rios africanos por alguns cartógrafos do século XVI, conforme o exemplo do mapa de África de Filippo Pigafetta, de 1591 – que sabemos ter tido por base um mapa de África atribuído a Sebastião Lopes, que instituiu uma solução cartográfica para o esqueleto do sistema hidrográfico africano, começando pelas fontes do Nilo, assente num sistema de dois grandes lagos alinhados pela linha de um meridiano<sup>82</sup>. A última frase da nota de rodapé onde Jaguaribe inseriu estas relevantes observações soar-nos-á familiar em vista do que já lemos escrito por Jaime Cortesão: *«Plusieurs cartes du XVII<sup>e</sup> et*

<sup>78</sup> Cortesão, 2009, 1, p. 396.

<sup>79</sup> Mattos, 1936, p. 403.

<sup>80</sup> Mattos, 1936, p. 405.

<sup>81</sup> Ver Cortesão, 1935, 2, p. 269-271 e Est. LIV.

<sup>82</sup> Cortesão e Mota, 1987, 3, p. 106-107; Relaño, 1992, p. 25-38.

*XVIII<sup>e</sup> siècles representent la rivière Paraguay sortant du “Lac Xarayes”, qui n’est autre chose que la région inondée bien au-dessous des sources de la grande rivière»<sup>83</sup>.*

A segunda referência bibliográfica que queremos destacar das muitas páginas da *História do Brasil nos velhos mapas* refere-se à colectânea *Estudos Geográficos e Históricos* (1941) de Jaime Batalha Reis – e, em particular, ao artigo intitulado «A organização geográfica da América do Sul e do Brasil», originalmente publicado no diário *O Comércio do Porto* de 14 de Janeiro de 1896. Texto de vincado pendor organicista, deve ser lido em conjunto com, pelo menos, outro dos trabalhos que o diplomata-geógrafo Batalha Reis consagrou ao Brasil, também este inserido nesta colectânea póstuma manuseada por Jaime Cortesão e por si referido na mesma ocasião em que articulou os legados de Jaguaribe e de Reis: «*The United States of Brazil*», correspondente ao capítulo XLVI de *The International Geography*, publicado em 1899, em Londres, por Hugh Robert Mill<sup>84</sup>.

No parecer de Cortesão, Jaime Batalha Reis antecipara-se a Francisco Jaguaribe de Mattos quando vislumbrara a figuração da «Ilha-Brasil» no vasto arquipélago de rios intercomunicantes situados no coração da geografia brasileira. Sem deixar de notar que Batalha Reis não enveredara, em momento algum, por uma análise das representações cartográficas ou místicas dessa geografia interior, Cortesão finca – em qualquer caso – esse suposto precedente na seguinte passagem em que Batalha Reis havia sintetizado alguns anos antes de Jaguaribe essas particularidades do quadro físico do subcontinente sul-americano:

«Considerando o mapa do continente inteiro da América do Sul, êle aparece-nos como o perfil de um titânico corcunda: – com a espinha vertebral fortemente arredonda no dorso (onde está a Colômbia, o Equador e o Perú), reintrante na com que região dos rins (onde inteiramente está a Bolívia e exteriormente começa a tira alongada sôbre o mar Pacífico que vai até ao extremo Sul e que é hoje o Chile). No alto, após um curto pescoço corcovado, que é a Venezuela, uma cabeça espreita para Leste e constitue a Guiana, dividida ainda hoje em colónias inglêsas, holandesas e francesas. O torax abdomen, o peito-pansa saliente do enorme Polichinelo é constituído pela massa de terras altas, que são o centro do Brasil – o centro da ilha brasileira»<sup>85</sup>.

Tal como o artigo de Jaguaribe de Mattos fora acompanhado pela reprodução de um mapa – no caso, a grande *Carte potamographique speciale de l’Amérique du Sud*, produzida no Gabinete Photocartographico do Estado-Maior do Exército brasileiro, em 1936, a escala 1:10.000.000 –, este texto de Jaime Batalha Reis tinha sido ilustrado com um esquema sintético da «Fisionomia fundamental da América do Sul» (figura 6), onde o autor destacara artificialmente o traçado dos «três grandes colectores de águas», correspondentes aos três sistemas principais de rios ou «conjuntos de canais de esgoto» sul-americanos: o do Orinoco, o do Amazonas e o do Paraná. Entre muitos outros, o seguinte trecho de Batalha Reis resume o essencial:

«Sulcos profundos vêm trazer a estes dois sistemas de águas [Amazonas-Madeira e Paraná-Paraguai] do centro da ilha brasileira, [...] uma parte das águas condensadas nas montanhas mais altas do Brasil. E de um pequeno espaço de Goiaz, no centro exacto da ilha, onde os brasileiros vão estabelecer a sua nova capital, as águas divergem para todos êsses sistemas, como se aí fosse, na verdade, o coração donde partissem as artérias que a todo o corpo geográfico distribuem movimento e vida»<sup>86</sup>.

<sup>83</sup> Mattos, 1936, p. 405, n. 1.

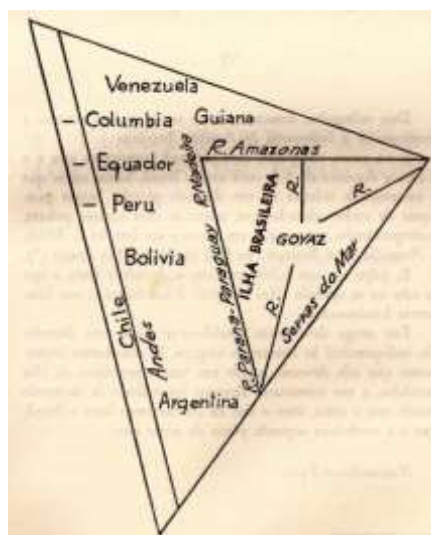
<sup>84</sup> Reis, 1899.

<sup>85</sup> Reis, 1941, p. 218. Cf. Cortesão, 2009, 1, p. 396.

<sup>86</sup> Reis, 1941, p. 220. Ver *ibid.*, p. 223.

Para o que nos importa, acaba por ser muito pouco relevante saber quem é que, entre Jaguaribe de Mattos e Batalha Reis, levou a palma pelo baptismo da *Ilha-Brasileira* ou pela descrição do seu segredo fluvial. Como é bom de ver, o essencial é perceber que qualquer um destes dois autores, através das considerações que legaram sobre a fisiografia da América do Sul e do Brasil, parece ter tido uma influência decisiva na formulação do mito expansionista da «Ilha-Brasil» tal como este veio a ser imaginado por Jaime Cortesão.

Figura 6.  
Jaime Batalha Reis, «Fisionomia fundamental da América do Sul», 1896.



Fonte: Reis, 1941

### A longa vida do «mito da Ilha-Brasil»

Paralelamente ao que lemos na *História do Brasil nos velhos mapas*, Jaime Cortesão ainda encontrou oportunidade de recuperar os conceitos nucleares associados ao «mito da Ilha-Brasil» nas principais obras que marcaram, em simultâneo, os últimos anos do labor historiográfico que empreendeu no Brasil e os últimos trabalhos de fôlego que dedicou à compreensão da história brasileira do período colonial. Com maior ou menor detença, a sua lição cartográfica, assente na análise de um conjunto bastante circunscrito de mapas que já tipificámos, estará também presente em qualquer dessas leituras. Desde logo, é esse o caso da V Parte de *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid* – cujo primeiro ponto versa «Alexandre de Gusmão e a Ilha-Brasil»<sup>87</sup> –, o 2.º capítulo de *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil* – sobre «A reacção do Tratado de Tordesilhas e o mito da Ilha-Brasil»<sup>88</sup> –, mas também de várias passagens de *A fundação de São Paulo – Capital Geográfica do Brasil* (1955), um dos títulos nos quais Cortesão compilou parte do esforço que fizera na organização da Exposição Histórica comemorativa do centenário da fundação da cidade de São Paulo, que decorreu entre 1954 e 1955. A propósito desta última obra, vejam-se as observações insertas no capítulo «Cartas de marear e mitos do sertão» (Cap. IV), onde Cortesão discute as origens «dêsse mito duma Ilha-Brasil e em que época se formou»<sup>89</sup> e cartografa a evolução do traçado do rio da Prata nos mapas de Diogo Ribeiro, Sebastião

<sup>87</sup> Cortesão, 1984, p. 637 segs.

<sup>88</sup> Cortesão, 1966, p. 41 segs.

<sup>89</sup> Cortesão, 1955, p. 63-74.

Caboto e Gaspar Viegas, tal como o capítulo «Martim Afonso funda as vila de São Vicente e Piratininga» (Cap. V), que culmina com uma análise detalhada do mapa do Brasil de Gaspar Viegas de 1534 e à forma como este cartógrafo «alargou por forma desmesurada e caricatural o curso dos rios platinos, que mais parecem braços de mar»<sup>90</sup>.

Em 1952, aquando do aparecimento volume dos *Manuscritos da Coleção De Angelis*, sobre os *Jesuítas e Bandeirantes no Guairá* – primeiro de uma longa série de sete volumes anotada por Jaime Cortesão e publicada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro entre 1951 e 1969 –, Sérgio Buarque de Holanda desencadeará um cordial debate com Cortesão sobre algumas das principais implicações da tese da «geomítica da ilha-Brasil». Os principais termos deste debate ficaram registados nas folhas dos jornais *Diário Carioca*, *Folha da Manhã*, de São Paulo, e *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro desse mesmo ano<sup>91</sup>. Em essência, Sérgio Buarque considera «que não é possível aceitar sem hesitação a tese do autor de que a expansão bandeirante se insere “em uma espécie de programa deliberado, explicável por considerações geopolíticas” (quando, em realidade, elas contrariavam muitas vezes, nessa expansão, a vontade e os interesses da Metrópole)»<sup>92</sup>.

Entre os muitos tópicos que vieram à discussão nessa oportunidade, também a leitura da cartografia antiga proposta por Jaime Cortesão seria alvo das reticências do historiador brasileiro, que se mostrará céptico diante da tese de que os cartógrafos portugueses do século XVI tivessem concebido um mito político «capaz de inspirar, direta ou indiretamente, toda a nossa expansão colonial», a começar pelo mapa de 1519 atribuído a Lopo Homem: «O que esse mapa sugere será a ambição nada estranhável de dilatar exageradamente as terras da Coroa portuguesa, não a de dar-lhes um perfil nítido e bem delineado»<sup>93</sup>. As sugestões cartográficas de João Afonso, assim como os mesmos mapas de Bartolomeu Velho, de 1561, e de João Teixeira, de 1642, já interpretados por Cortesão, serão outros dos objectos revistos por Sérgio Buarque e que reforçarão as suas reticências de partida: «A teoria do Professor Cortesão parece-me digna de respeito por defendê-la quem a defende. Apesar de tudo quero acreditar que não passa de uma dessas hipóteses engenhosas, oriundas de nossa constante tentação de procurar submeter os acontecimentos do passado a uma coerência racional ou menos rigorosa», conclui<sup>94</sup>.

Numa versão alargada de uma conferência pronunciada na Sociedade de Estudos Históricos de São Paulo em Agosto de 1954 e publicada no ano seguinte na *Revista de História* da Universidade de São Paulo, seria a vez de Vitorino Magalhães Godinho situar o trabalho historiográfico de Jaime Cortesão entre o dos seus contemporâneos portugueses. Destacando em Cortesão uma invulgar capacidade para pensar a história a partir de um olhar profundamente geográfico, facto revelado, por exemplo, «ao analisar o nascimento de São Paulo relacionando-o com as vias fluviais-terrestres ao serviço da penetração até o Prata»<sup>95</sup>, Godinho também não deixa de notar que «frequentemente sucede-lhe não ter razão» ou «ceder inconscientemente à exaltação patriótica ou ao arroubo místico»<sup>96</sup>. É verdade que essa

<sup>90</sup> Cortesão, 1955, p. 157.

<sup>91</sup> Cortesão, 1951, p. 68-76; Oliveira, 2014.

<sup>92</sup> Holanda, 1979, p. 70.

<sup>93</sup> Holanda, 1979, p. 79.

<sup>94</sup> Holanda, 1979, p. 83. Ver também Davidson, 1973, p. 66-69; Holanda, 2000, p. 10-11; Holanda, 2011, p. 183-188, 211-215 e 231-232; Goes Filho, 1999, p. 113-122; Almeida, 2001, p. 41-41; Kantor, 2007, p. 71-77; Novais, 2012, p. XX-XXII; Ibáñez Bonillo, 2015, p. 287-300.

<sup>95</sup> Godinho, 1955, p. 12.

<sup>96</sup> Godinho, 1955, p. 11 e 12.

referência não vem explicitada, mas é difícil não encontrar espaço nestas observações de Magalhães Godinho para a polémica linha de interpretação das relações entre os mapas e as circunstâncias históricas e mentais em que foram desenhados que Cortesão forjou em torno do «mito da Ilha-Brasil». Em qualquer caso, o mesmo Magalhães Godinho fá-lo-á anos depois de forma explícita, quando, em capítulo que trata das representações geográficas imaginárias do Atlântico nos primórdios da Expansão europeia, não hesitar em corrigir Cortesão a propósito da tese que associava as referências à suposta insularidade brasileira divulgadas em *Les Voyages Aventureux* de João Afonso a um processo quinhentista ligado ao alargamento da área de Tordesilhas<sup>97</sup>.

Independentemente do juízo definitivo que se possa ter sobre a valia das propostas correspondentes ao «mito da Ilha-Brasil» – onde, como vimos vendo, Jaime Cortesão pretendeu ancorar, em simultâneo, uma «Ilha-geográfica» e uma «Ilha-humana» fundidas em uma «razão pré-histórica e etnográfica de Estado»<sup>98</sup> –, parece ser hoje consensual a ideia de que esta sua leitura historiográfica é inseparável de uma narrativa nacional e da consciência do espaço ou da «apropriação intelectual dos lugares» que esta mesma narrativa reclama, exactamente como sucede com todos os veículos de fixação identitária do género<sup>99</sup>. Parece também importante recuperar para aqui a nota que Antonio Carlos Robert Moraes nos deixou quando observou a disseminação de concepções demarcadas do determinismo geográfico no período posterior à Revolução de 1930 entre as principais obras que se propuseram interpretar o Brasil, assinadas por Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior<sup>100</sup>. Instalado no Rio de Janeiro vindo do seu longo exílio na Europa, o refugiado político que era Cortesão trazia consigo, plenamente assimilado, o mesmo caldo de cultivo teórico, encontrando-se, por isso mesmo, em condições muito favoráveis para empreender um diálogo proveitoso com boa parte dos seus pares brasileiros. Em paralelo, trazia também bem aprendida a lição que lhe permitiria fixar uma narrativa muito coerente do passado do Brasil, a qual – independentemente do seu maior ou menor desajuste face a outros modelos de leitura, do propalado pendor místico de algumas das suas construções teóricas centrais e, enfim, de uma inapelável fidelidade a um entendimento cívico e pedagógico da escrita da história que não raras vezes terá armadilhado uma ideia mais política do que geográfica da geografia<sup>101</sup> – acabava por justificar, de forma muito pragmática, a «integração territorial» do Brasil e as fronteiras que o resguardavam.

Dito isto, não deixa de ser curioso observar como a grande maioria das leituras académicas que acabaram por adoptar os principais pressupostos do «mito da Ilha-Brasil», fazendo-os chegar aos dias de hoje, tenderam a privilegiar a exclusiva demonstração cartográfica da tese, em detrimento de uma análise que a situe no âmbito da proposta historiográfica mais ampla que serviu e que, no limite, a justificou desde a origem. Esta tendência de leitura, que podemos classificar de essencialmente cartológica em vista deste desapego ao contexto que a explica, terá tido o seu tiro de partida quase simultâneo em Lisboa e no Rio de Janeiro, ainda no início da década de 1960. Por um lado, ocorre desde o 1.º volume dos *Portugaliae Monumenta Cartographica* (1960), como se confirma lendo considerações como aquelas em que Armando Cortesão se debruça sobre o «grande significado político e importância histórica» da «concepção de uma “Ilha-Brasil”», pela primeira vez expressa por João Afonso

---

<sup>97</sup> Godinho, 1990, p. 224-225.

<sup>98</sup> Cortesão, 1984, p. 647.

<sup>99</sup> Ver Magnoli, 1997, p. 45-77; Magnoli, 2001, p. 136-140; Moraes, 2008, p. 27; Oliveira, 2008, p. 54-58.

<sup>100</sup> Moraes, 2008, p. 124-126.

<sup>101</sup> Oliveira, 2014.

nas *Voyages aventureux* e, mais desenvolvidamente, na *Cosmographie*<sup>102</sup>. O mesmo acontece na descrição que Avelino Teixeira da Mota nos faz na mesma obra sobre a «característica forma insular» com que o Brasil aparece figurado na carta do Novo Mundo de Bartolomeu Velho de 1561 da Accademia di Belle Arti de Florença<sup>103</sup>. Por outro lado, encontramos também esta tendência de leitura em diversas notas que Isa Adonias inscreveu no catálogo *A Cartografia da região amazônica* (2 vols., 1963), nas quais transcreve diversas passagens da versão mimeografada dos cursos de História da Cartografia que Jaime Cortesão dera no Instituto Rio Branco. É o caso do excerto em que recupera as considerações sobre as alusões “à existência duma Ilha-Brasil» oferecidas nos escritos de João Afonso para analisar o desenho da América meridional do mapa-mundo de André Homem de 1559<sup>104</sup> ou, ainda, aquele em que destaca a importância para a história de São Paulo e das bandeiras paulistas do desenho da mesma parte da América exposto na carta atlântica de Luís Teixeira de c. 1600, pois aí ficava assinalado «que a ilha Brasil, limitada a Ocidente pelo Prata-Paraguai e o Tocantins, estaria dentro da soberania portuguesa acaso traçássemos, como era costume, o meridiano de Tordesilhas pelo delta amazônico»<sup>105</sup>.

Em dois trabalhos consecutivos e parcialmente idênticos, também centrados no inventário e na descrição de espécimes cartográficos, Alfredo Pinheiro Marques tentou testar «a hipótese do “Mito da Ilha-Brasil” como explicação global para o grande processo de formação territorial brasileira» avançada por Jaime Cortesão<sup>106</sup>. Propondo-se ampliar, para o efeito, o universo de cartas considerado por Cortesão a «cerca de 500 cartas portuguesas (dos séculos XVI-XVII), e mais de um milhar de estrangeiras»<sup>107</sup>, Pinheiro Marques sairá convicto dessa sua indagação preliminar «de que sem dúvida o Mito da Ilha Brasil encontrou uma clara expressão no campo da Cartografia – certamente de uma forma ainda mais clara e massiva do que aconteceu nas fontes narrativas e textuais»<sup>108</sup>. No mais extenso destes dois trabalhos, oferece também uma resenha informada sobre «o problema da averiguação da existência real de um espaço naturalmente definido em termos geográficos», fórmula encontrada para descrever o modo como Cortesão valorizara «esta relativa unidade física e humana do território hoje brasileiro», para o que Pinheiro Marques recupera o essencial das perspectivas que, a seu tempo, haviam sido oferecidas por Jaguaribe de Mattos<sup>109</sup>.

A partir do início da década de 1990, podemos observar da parte de outros praticantes da história da cartografia o aproveitamento extensivo do inventário de Alfredo Pinheiro Marques, ocasionalmente suprido com recurso a algum dos textos mais tardios em que Jaime Cortesão confiara a síntese da sua tese de instrumentalização geopolítica do mito geográfico da «Ilha-Brasil» ou, ainda, a apanhados sobre a afirmação das estruturas coloniais portuguesas na América, designadamente nos séculos XVII e XVIII, em que a lição cartográfica de Cortesão fora seguida mimeticamente. É o caso de Maria Fernanda Alegria, que além de aproveitar a leitura de Pinheiro Marques sobre a alegada expressão do mito «na carta de João Teixeira Albernaz II de 1667 e nas de outros cartógrafos portugueses e estrangeiros contemporâneos», julgou ver na *Introdução à História das Bandeiras* a primeira alusão à expressão «Brasil-ilha» (*sic*), ao mesmo tempo que citava um estudo de Guy Martinière sobre

<sup>102</sup> Cortesão e Mota, 1987, 1, p. 150.

<sup>103</sup> Cortesão e Mota, 1987, 2, p. 95.

<sup>104</sup> Adonias, 1963, p. 118-119.

<sup>105</sup> Adonias, 1963, p. 156. Ver também Adonias, 1993, p. 40-50.

<sup>106</sup> Marques, 1988, p. 3. Cf. Marques, 1987, p. 1.

<sup>107</sup> Marques, 1988, p. 4. Cf. Marques, 1987, p. 1.

<sup>108</sup> Marques, 1988, p. 17. Cf. Marques, 1987, p. 41; Marques, 1991, p. 142.

<sup>109</sup> Marques, 1987, p. 16-19.



a geopolítica do espaço português na América em que este historiador de Grenoble fizera suas algumas das considerações de Cortesão sobre a «entrada» amazónica de Pedro Teixeira, a frente bandeirante estabelecida por Raposo Tavares em meados do século XVII e a confirmação das «fronteiras naturais» antecipada «pela maior parte das escolas portuguesas de cartografia» quando haviam tratado de representar o Brasil como «uma espécie de ilha nas terras descobertas no século XVI»<sup>110</sup>. O rol de mapas «que ilustram claramente esta concepção» aparecerá um pouco ampliado num trabalho em que a mesma autora resumiu a produção cartográfica portuguesa do espaço brasileiro até meados do século XVII, organizado entre as evidências dadas pelo planisfério de André Homem de 1559 e a carta atlântica de Luís Teixeira de c. 1600, onde «o Brasil-ilha com ligação entre o Amazonas e o Prata está perfeitamente documentada»<sup>111</sup>.

Mais recentemente, Alegria assinou em parceria com Suzanne Daveau, João Carlos Garcia e Francesc Relañó uma também breve nota sobre a ilustração deste conceito no texto de João Afonso e nos mapas de André Homem, Sebastião Lopes, Bartolomeu Velho e Fernão Vaz Dourado. Reitera-se aí que a representação insular do Brasil oferecida por todos estes cartógrafos a partir do exemplo dado por Afonso «were basically exaggerated representations, if schematically accurate, that conferred geographical autonomy on an area marked out for political autonomy: the Plata basin and the tributaries of the Amazon were no more than an artificial conceptualization of a huge swamp area and the hydrographic systems emanating from it»<sup>112</sup>. Curiosamente, observa-se que este mesmo texto aparece expurgado de qualquer alusão a Jaime Cortesão, como se João Afonso e os três cartógrafos portugueses nomeados tivessem definitivamente gerado esse particularíssimo «Brazil as an Island» a que Cortesão – e só ele, como sabemos – dera o sentido de mito territorial<sup>113</sup>.

Curiosamente também, em recente ensaio que busca resumir *O desenho do Brasil no teatro do mundo*, Paulo Miceli conseguirá operar quase o inverso do que acabámos de citar: passar ao lado de qualquer referência à mitografia cartográfica de Jaime Cortesão, ainda quando o lembra a propósito de certas passagens de *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil* referentes às representações da lagoa de Xaraiés nas cartas de André Homem de 1559 e de Bartolomeu Velho de 1561 e nas *Voyages aventureux* de João Afonso, tal como aos respectivos avatares espanhóis, quando estes buscaram o lago *Dorado* e a simétrica *Laguna del Paytiti*<sup>114</sup>. Não será estranho a este último desencontro com o «mito da Ilha-Brasil» de Cortesão o facto de um historiador brasileiro como Miceli se vigiar em permanência de transformar a sua leitura das antigas representações cartográficas do território que se veria a conformar no Brasil em «qualquer forma de alinhamento ou cumplicidade com as versões ufanistas da historiografia da celebração, orgulhosa do imenso território além-Tordesilhas que teria sido subtraído aos espanhóis, já que ele foi, de fato, tomado ao índio, numa guerra desigual, violenta e genocida, desenvolvida com intensidade pouco vista na história»<sup>115</sup>. Como todas as narrativas da história – e, claro, da história da cartografia –, também esta prosa que se quer antitética do retrato heróico de Raposo Tavares pintado por Cortesão traz a marca impressiva das suas circunstâncias.

---

<sup>110</sup> Martinière, 1991, p. 128-129. Cf. Alegria, 1995, p. 194-195.

<sup>111</sup> Alegria, 2001, p. 74 e 76.

<sup>112</sup> Alegria *et al.*, 2007, p. 1032. Cf. Alegria *et al.*, 2012, p. 173-174.

<sup>113</sup> Alegria *et al.*, 2007, p. 1032. Cf. Magnoli, 1997, p. 47.

<sup>114</sup> Miceli, 2012, p. 226.

<sup>115</sup> Miceli, 2012, p. 147.

Tomando de empréstimo a expressão com que Vitorino Magalhães Godinho cunhou um dia Jaime Cortesão, o imenso «franco-atirador» que este era talvez sorrisse ao ver como a sua tese de um «mito essencialmente geográfico e político» podia chegar aos dias de hoje, condicionando muitos dos olhares sobre as descrições literárias e o primeiro tratamento cartográfico do Brasil, mesmo – ou sobretudo – quando essa mesma tese de um conceito imaginário que arrasta consigo a transformação do real é mais latente do que explícita nos discursos historiográficos. Jaime Cortesão «arrojadamente galga sôbre os documentos, que conhece como ninguém para arquitetar hipóteses sedutoras e provocantes como reptos», assim se lhe referiu também Magalhães Godinho, nesse texto em que lhe soube traçar um dos mais certos retratos escritos ainda em vida de Cortesão<sup>116</sup>. O modo como este foi capaz de aliar no estudo dos mapas a decifração objectiva dos pormenores representados às matérias, simultaneamente, obscuras e fictícias dos mitos, suprimindo todo esse exercício com uma imaginação generosa e um lastro poético consumado, vêm a ser o alento de muitas das leituras contemporâneas que, fundadas numa observação algo ingénua das propriedades espaciais representadas nos mapas, acabam por tratar os desenhos cartográficos como verdades imanentes – no caso concreto que aqui tratámos, como se o «mito da Ilha-Brasil» sempre estivesse estado à espera de quem o vislumbrasse além Amazonas, Prata e Tocantins, entre os seus múltiplos afluentes e conexões, apesar dos caprichosos e instáveis traçados dos cartógrafos.

## Bibliografia

ADONIAS, Isa. *A cartografia da região amazônica: catálogo descritivo (1500-1961)*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1963.

ADONIAS, Isa. *Mapa: imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993.

ALEGRIA, Maria Fernanda. Representações do Brasil na produção dos cartógrafos Teixeira (c. 1586-1675). *Mare Liberum*, 1995, n.º 10, p. 189-204.

ALEGRIA, Maria Fernanda. A produção cartográfica portuguesa sobre o Brasil (1502-1655): tentativa de tipologia espacial e temática. In PIMENTEL, Maria do Rosário (coord.). *Portugal e Brasil no advento do Mundo Moderno*. Lisboa: Edições Colibri, 2001, p. 59-89.

ALEGRIA, Maria Fernanda *et al.* Portuguese Cartography in the Renaissance. In WOODWARD, David (ed.). *The History of Cartography*. Vol. 3, Part 1. Chicago & London: The University of Chicago Press, 2007, p. 975-1068.

ALEGRIA, Maria Fernanda *et al.* *História da cartografia portuguesa: séculos XV a XVII*. Porto: Fio da Palavra Editores, 2012.

ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001.

---

<sup>116</sup> Godinho, 1955, p. 11.

ANCEL, Jacques. *Géographie des frontières*. Préface d'André Siegfried. 5<sup>e</sup> édition. Paris: Librairie Gallimard, 1938.

BERDOULAY, Vincent. *La formation de l'école française de géographie*. Paris: Comité des Travaux Historiques et Scientifiques - CTHS, 1995.

BERNARDINO, Maria Gabriela. Redesenhando a Fronteira Noroeste. A Carta de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas (1917-1952). *Terra Brasilis (Nova Série)* [Em Linha], 2015, n.º 6. <<http://terrabrasilis.revues.org/1656>> [3 de Outubro de 2016].

BEUCHER, Stéphanie; REGHEZZA, Magdali. *La Géographie: pourquoi, comment? Objects et démarches de la Géographie d'aujourd'hui*. Paris: Hatier, 2005.

BRUNET, Roger; FERRAS, Robert; THÉRY, Hervé. *Les Mots de la géographie, dictionnaire critique*. 3<sup>e</sup> édition. Montpellier & Paris: RECLUS – La Documentation Française, 1993.

CABRAL, Manuel Villaverde. A Identidade Nacional Portuguesa: Conteúdo e Relevância. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, 2003, vol. 46, n.º 3, p. 503-533.

CAPEL, Horacio. *Filosofía y ciencia en la Geografía contemporánea. Una introducción a la Geografía*. Nueva edición ampliada. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2012.

CASTELO, Cláudia. «O modo português de estar no mundo». *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

CORTESÃO, Armando. *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI (Contribuição para um estudo completo)*. Vol. 2. Lisboa: Edição da «Seara Nova», 1935.

CORTESÃO, Armando; MOTA, Avelino Teixeira da. *Portugaliae Monumenta Cartographica*. Reprodução fac-similada da edição de 1960. 5 Vols. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.

CORTESÃO, Jaime. Introdução. In *Manuscritos da Coleção De Angelis I: Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1544-1640)*. Introdução, notas e glossário por Jaime Cortesão. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951, p. 11-91.

CORTESÃO, Jaime. *A fundação de São Paulo – Capital Geográfica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1955.

CORTESÃO, Jaime. *Introdução à História das Bandeiras*. Vol.1. Lisboa: Portugália Editora, 1964.

CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Vol.1. Lisboa: Portugália Editora, 1966.

CORTESÃO, Jaime. *A colonização do Brasil*. Lisboa: Portugália Editora, 1969.

CORTESÃO, Jaime. *Os factores democráticos na formação de Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1974.

CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Vol. 3. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

CORTESÃO, Jaime. *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993.

CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. 2 Vols. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009.

DAVIDSON, David M.. How the Brazilian West Was Won: Freelance & State on the Mato Grosso Frontier, 1737-1752. In ALDEL, Dauril (ed.). *Colonial Roots of Modern Brazil*. Berkeley, Los Angeles & London: University of California Press, 1973, p. 61-106.

DENEUX, Jean-François. *Histoire de la pensée géographique*. Paris: Belin, 2006.

GODINHO, Vitorino Magalhães. A historiografia portuguesa: orientações, problemas, perspectivas. *Revista de História*, 1955, ano VI, vol. X, n.º 21-22, p. 3-21.

GODINHO, Vitorino Magalhães. Presença de Jaime Cortesão na historiografia portuguesa. In CORTESÃO, Jaime. *Os factores democráticos na formação de Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1974, p. VII-XLVII.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar – séculos XIII-XVIII*. Lisboa: Difel, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Tentativas de mitologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Escritos coligidos: livro II, 1950-1979*. Organização de Marcos Costa. São Paulo: Editora Unesp; Fundação Perseu Abramo, 2011.

IBÁÑEZ BONILLO, Pablo. Historia de dos islas: los mitos coloniales de la Isla Brasil y la Isla Guayana. *Memorias* [Em linha], 2015, n.º 26, p. 278-321 <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1794-88862015000200010&lng=en&nrm=iso&tlng=es](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-88862015000200010&lng=en&nrm=iso&tlng=es)> [3 de Outubro de 2016].

KANTOR, Íris. Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. *Varia Historia*, 2007, vol. 23, n.º 37, p. 70-80.

LOUIS, Florian. *Les grands théoriciens de la géopolitique*. Paris: Presses Universitaires de France, 2014.

MACEDO, Jorge Borges de. Cortesão e a Historiografia Portuguesa. *Seara Nova – Número de Homenagem a Jaime Cortesão*, 1952, n.º 1266-69, p. 223-224.

MACEDO, Jorge Borges de. A teoria da História de Jaime Cortesão. *Prelo*, 1984, número especial, p. 57-66.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. No trilho de uma ambição: o poeta-historiador Jaime Cortesão (1910-1927). *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, 1985, n.º 6-7, p. 27-48.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. Apresentação. In CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009, p. 13-17.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. António Sérgio, Jaime Cortesão e a necessidade seareira da concepção de uma História de Portugal. In PINHO, Amon; MESQUITA, António Pedro; PINHO, Romana Valente (org.). *Proença, Cortesão, Sérgio e o Grupo Seara Nova*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2015, p. 517-530.

MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Unesp-Moderna, 1997.

MAGNOLI, Demétrio. Por uma arqueologia da narrativa nacional. *Revista USP*, 2001, n.º 49, p. 134-142.

MARQUES, Alfredo Pinheiro. *O mito da ilha Brasil e a formação territorial brasileira através da cartografia*. Relatório policopiado de aula teórico-prática para prova de aptidão pedagógica. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1987.

MARQUES, Alfredo Pinheiro. *A cartografia do Brasil no século XVI*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988.

MARQUES, Alfredo Pinheiro. *A cartografia e a construção da imagem do Mundo*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991.

MARTINIÈRE, Guy. A implantação das estruturas de Portugal na América (1620-1750). In MAURO, Frédéric (coord.). *Nova História da Expansão Portuguesa*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Vol. VII. Lisboa, Editorial Estampa, 1991, p. 91-261.

MATTOS, Francisco Jaguaribe Gomes de. Les idées sur la physiographie sud-américaine. In *III<sup>e</sup> Congrès International d'Histoire des Sciences. Actes, Conférences et Communications*. Lisboa: [s.n.], 1936, p. 391-440.

[MATTOS, Francisco Jaguaribe Gomes de]. Curriculum Vitae do General de Brigada Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos. In *Processo nº 1939 de 1963. Projeto de resolução n.º 46 de 27-5-63: concede o título de Cidadão Paulistano ao General Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, e dá outras providências* [Em Linha]. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo-Seção de Protocolo, [1963] <<http://www2.camara.sp.gov.br/projetos/1963/00/00/0D/BH/00000DBHS.PDF>> [3 de Outubro de 2016].

MENDIBIL, Didier. Comment l'école française de géographie est-elle devenue *classique*? In CLERC, Pascal (dir.). *Géographies. Épistémologie et histoire des savoirs sur l'espace*. Paris: Éditions Sedes, 2013, p. 33-36.

MICELI, Paulo. *O desenho do Brasil no teatro do mundo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

MONTEIRO, Arlindo Camilo. Préface. In *III<sup>o</sup> Congrès International d'Histoire des Sciences. Actes, Conférences et Communications*. Lisboa, [s.n.], 1936, p. VIII-XLIX.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ideologias geográficas. Espaço, cultura e política no Brasil*. 5.<sup>a</sup> edição. São Paulo: Annablume Editora, 2008.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil. O território colonial brasileiro no "longo" século XVI*. 2.<sup>a</sup> edição. São Paulo: Annablume Editora, 2011.

NOVAIS, Fernando A.. Prefácio a Jaime Cortesão ou 'Encontro Marcado'. In CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Edição fac-símile. São Paulo: Fundap-Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012, p. XXIV.

NUNES, Maria de Fátima. O III Congresso Internacional de História da Ciência, Portugal, 1934. Contextos científicos, contextos culturais e políticos. In MACHADO, Fernando Augusto; GAMA, Manuel Rosa Gonçalves; FERNANDES, José Marques (org.). *Caminhos de Cultura em Portugal: homenagem ao Professor Doutor Norberto Cunha*. Ribeirão: Edições Húmus; [Braga]: Departamento de Filosofia e Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 2010, p. 321-336.

OLIVEIRA, Francisco Roque de. Método geográfico, cartografia e geopolítica: a propósito da reedição da História do Brasil nos velhos mapas de Jaime Cortesão. *Anais de História de Além-Mar*, 2010, vol. XI, p. 225-246

OLIVEIRA, Francisco Roque de. Jaime Cortesão no Itamaraty: os Cursos de História da Cartografia e da Formação Territorial do Brasil de 1944-1950. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales* [Em linha]. Barcelona, Universidad de Barcelona, 1 de enero de 2014, vol. XVIII, nº 463. <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-463.htm>> [3 de Outubro de 2016].

OLIVEIRA, Francisco Roque de. O cartólogo no seu labirinto: Jaime Cortesão e o «mito da Ilha-Brasil». In *Actas/Anais do 7<sup>o</sup> Encontro Luso-Brasileiro de História da Matemática*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Matemática / Seminário Nacional de História da Matemática (no prelo).

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. Imaginação geográfica, território e identidade nacional no Brasil. *Revista Urutágua* [Em linha], 2008, n.º 15, p. 53-60. <<http://www.urutagua.uem.br/015/15oliveira.pdf>> [3 de Outubro de 2016].

REIS, Jaime Batalha. The United States of Brazil. In *The International Geography: by Seventy Authors with 488 Illustrations*. Londres: George Newnes, 1899, p. 865-877.

REIS, Jaime Batalha. *Estudos Geográficos e Históricos*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1941.

RELAÑO, Francesc. *Paludes Nili*. La persistencia de las ideas ptolemaicas en la cartografia renascentista. *Geo Crítica – Cuadernos críticos de Geografía Humana*, 1992, n.º 96.

ROBIC, Marie-Claire; TISSIER, Jean-Louis; PINCHEMEL, Philippe. *Deux siècles de géographie française. Une anthologie*. Paris: Comité des Travaux Historiques et Scientifiques - CTHS, 2011.

SANTOS, Milton. Renovando o pensamento geográfico. In D'INCAO, Maria Angela (org.). *História e Ideal. Ensaio sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: UNESP, 1989, p. 419-433.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas. Um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

TORGAL, Luís Reis. A história em tempo de *ditadura*. In TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado; CATROGA, Fernando. *História da História em Portugal, Sécs. XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 241-275.

VASCONCELOS, Ernesto de (1904). *Exposição de cartographia nacional (1903-1904): catálogo*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.

© Copyright Francisco Roque de Oliveira, 2017.

© Copyright *Biblio3W*, 2017.

Ficha bibliográfica:

OLIVEIRA, Francisco Roque de. A «Ilha Brasil» de Jaime Cortesão: ideias geográficas e expressão cartográfica de um conceito geopolítico. *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 25 febrero 2017, Vol. XXII, nº 1.191. <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-1191.pdf>>. [ISSN 1138-9796].